

Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Inf. e Documentação - FACE
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais - CCA
Especialização em Contabilidade Pública

Vânia Lúcia de Souza Xavier

**ÍNDICES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL:
um exame da utilidade para a moderna administração pública**

Brasília
2008

Professor Doutor José Geraldo de Sousa Junior
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Inf. e
Documentação

Professor Doutor Paulo Roberto Barbosa Lustosa
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Jorge Katsumi Niyama
Coordenador Geral do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis

Vânia Lúcia de Souza Xavier

**ÍNDICES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL:
um exame da utilidade para a moderna administração pública**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão do curso de Especialização em Contabilidade Pública e obtenção do grau de Especialista.

Orientador: Eduardo Tadeu Vieira

Brasília
2008

XAVIER, Vânia Lúcia de Souza

Índices de Responsabilidade Social: um exame da utilidade para a moderna administração pública / Vânia Lúcia de Souza Xavier -- Brasília, 2008. Quant. 59 p.

Monografia (Especialização em Contabilidade Pública) – Universidade de Brasília, 2008.

Bibliografia.

1.Responsabilidade social 2.Índices sociais 3.Avaliação do desempenho sociais 4.Índices de responsabilidade social I. Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da UnB. II. Índices de Responsabilidade Social: um exame da utilidade para a moderna administração pública.

CDD –

“Os analfabetos do próximo século não são aqueles que não sabem ler ou escrever, mas aqueles que se recusem a aprender, reaprender e voltar a aprender.”
(Alvin Toffler)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar a utilidade do emprego dos índices de responsabilidade social para a administração pública. De forma exemplificativa são citadas algumas metodologias utilizadas em estados brasileiros que já implementaram ações para avaliar o seu desempenho com relação aos indicadores sociais como São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. O estudo concentra-se na análise do Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão – IRFS, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios, que apura os resultados de todos os municípios brasileiros que entregaram seus balanços anuais à Secretaria do Tesouro Nacional, nas três dimensões que dão nome ao índice: fiscal, social e de gestão, no período de 2002 a 2006. Foram utilizados como base para o estudo os dados fornecidos pela Confederação, contendo as informações utilizadas para o cálculo do IRFS, sem, contudo, identificar nominalmente os municípios da amostra. O exame desses valores possibilitou verificar a relação entre as dimensões pesquisadas no âmbito municipal, estadual e nacional. Efetuaram-se análises sobre o desempenho dos entes sob diferentes enfoques, possibilitando detectar tendências estaduais e nacionais nas dimensões fiscal, social e de gestão. Após a observação dos resultados, concluiu-se que realmente o emprego dos índices de responsabilidade social é útil para a administração pública, pois as informações que são obtidas podem auxiliar na avaliação das políticas sociais em andamento e sinalizar a necessidade de mudanças. A utilização dos índices pode também ser a explicação do porquê de os estados que já possuem algum tipo de controle de seus índices sociais, tenderem a ter melhor desempenho nos indicadores apurados do que os que ainda não avaliam e acompanham o resultado dos seus programas sociais existentes.

Palavras-chaves: Responsabilidade social. Índices sociais. Avaliação do desempenho. Índices de responsabilidade social.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Variáveis Seleccionadas, por Contribuição para o Indicador Sintético, Segundo Dimensões do IPRS.....	10
Quadro 2 – Critérios de Formação dos Grupos do IPRS	11
Quadro 3 – Composição do IMRS	14
Quadro 4 – Gasto Social Federal* (GSF) em relação ao PIB 1995-2006.....	20
Quadro 5 – Quantidade de municípios da amostra	27
Quadro 6 – Evolução das médias dos Indicadores dos Municípios da Amostra	29
Quadro 7 – Evolução das médias dos Indicadores por estado de 2002 a 2006	31
Quadro 8 – Desempenho com relação ao subíndice social em 2002 e 2006.....	34
Quadro 9 – Desempenho com relação ao subíndice fiscal em 2002 e 2006	36
Quadro 10 – Desempenho com relação ao subíndice de gestão em 2002 e 2006.....	39
Quadro 11 – Média do Subíndice Fiscal por Estado	42
Quadro 12 – Participação dos Estados por Região Geográfica – Subíndice Fiscal	43
Quadro 13 – Média do Subíndice de Gestão por Estado	45
Quadro 14 – Participação dos Estados por Região Geográfica – Subíndice de Gestão	46
Quadro 15 – Média do Subíndice Social por Estado.....	48
Quadro 16 – Participação dos Estados por Região Geográfica – Subíndice de Social	49
Quadro 17 – Média do Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão por Estado	50
Quadro 18 – Participação dos Estados por Região Geográfica – IRFS.....	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLP	Comissão de Legislação Participativa
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNM	Confederação Nacional dos Municípios
FMI	Fundo Monetário Internacional
GSF	Gasto Social Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMRS	Índice Mineiro de Responsabilidade Social
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
IPRS	Índice Paulista de Responsabilidade Social
IRFS	Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão
IRS-MS	Índice de Responsabilidade Social do Mato Grosso do Sul
LOA	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PLC	Projeto de Lei Complementar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RCL	Receita Corrente Líquida
RP	Restos a Pagar
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEMAC	Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia
STN	Secretaria do Tesouro Nacional

SUMÁRIO

RESUMO	5
LISTA DE QUADROS	6
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	7
SUMÁRIO.....	8
1. INTRODUÇÃO	9
1.1. Contextualização.....	9
1.2. Problema de Pesquisa.....	18
1.3. Objetivos.....	18
1.3.1. Geral	18
1.3.2. Específico.....	18
1.4. Justificativa	19
1.5. Delimitação do Estudo.....	19
2. REFERENCIAL TEÓRICO	20
3. PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	26
4. RESULTADOS.....	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS	56
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	59

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

A criação da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), foi determinada pelo acordo firmado entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI) após a crise financeira de 1998. Buscando dar garantias aos credores, o governo impôs, por força normativa, que a despesa financeira teria prevalência sobre qualquer outra função do Estado brasileiro (BEHNKEN; RICCI, 2007).

A Lei de Responsabilidade Fiscal é tida como referência às ações dos dirigentes dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), nas três esferas governamentais (federal, estadual e municipal), impondo limites para gastos e orientando para uma administração transparente e equilibrada.

Numa leitura mais atenta da citada lei, fica claro que o alcance do superávit primário é o seu objetivo principal. Com esse intuito, a lei cria vários limites para os gastos públicos, visando o atingimento de um resultado positivo nas finanças.

No entanto, apesar da previsão de controle quantitativo das despesas frente às receitas, não há previsão de verificação da qualidade dos gastos, o que prejudica a mensuração eficiente do cumprimento dos programas de governo e o atendimento efetivo das necessidades da população.

Tendo em vista essa deficiência da LRF, alguns estados como São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul utilizam índices para quantificar o alcance de seus programas sociais, verificando, assim, a efetividade das medidas adotadas em seus planos de governo, são os chamados índices de responsabilidade social.

De uma discussão iniciada no Fórum São Paulo no Século XXI, promovido pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo no ano de 2000 (SÃO PAULO, 2006) surgiu o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), elaborado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE).

O IPRS é publicado bianualmente e possui os dados da evolução histórica dos 645 municípios paulistas de 1992 a 2004. A Fundação SEADE usou como base da metodologia para formação do índice os conceitos do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que considera,

além do fator econômico, fatores sociais como a longevidade e a escolaridade como dimensões importantes para a qualidade de vida dos indivíduos (FUNDAÇÃO SEADE, 2004) e tem por base os dados extraídos de censos realizados.

Foram efetuadas, pela Fundação SEADE, algumas alterações na composição das variáveis integrantes do índice para adequá-lo à realidade dos municípios e torná-lo uma fonte de informações que detecte mudanças em um período de prazo curto, resultando em dados que propiciem uma desejada análise comparativa das dimensões levantadas, ordenando os municípios considerando os três indicadores sintéticos de renda, escolaridade e longevidade, que têm por elementos constitutivos os parâmetros demonstrados no Quadro 1.

Quadro 1 – Variáveis Seleccionadas, por Contribuição para o Indicador Sintético, Segundo Dimensões do IPRS

Dimensão do IPRS	Variáveis Seleccionadas	Contribuição para o indicador sintético
Riqueza Municipal	Consumo residencial de energia elétrica	44%
	Consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços	23%
	Remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público	19%
	Valor adicionado fiscal <i>per capita</i>	14%
Longevidade	Mortalidade perinatal	30%
	Mortalidade infantil	30%
	Mortalidade de pessoas de 15 a 39 anos	20%
	Mortalidade de pessoas de 60 anos e mais	20%
Escolaridade	Percentagem de jovens de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental	36%
	Percentagem de jovens de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de escolaridade	8%
	Percentagem de jovens de 18 a 19 anos que concluíram o ensino médio	36%
	Percentagem de crianças de 5 a 6 anos que freqüentam pré-escola	20%

Fonte: Fundação SEADE (2004).

Conforme pode ser observado pelos dados do Quadro 1, os indicadores são o resultado da combinação de quatro variáveis que possuem participação distinta em sua formação, esse valor da participação foi obtido por meio do modelo de estatística multivariada, chamado de Análise Fatorial, que procura definir o relacionamento entre as variáveis existentes usando uma quantidade de fatores menor que o número original de variáveis. Após se chegar ao resultado de cada indicador, há uma comparação entre os

indicadores de mesma natureza para cada município paulista e sua transformação em uma escala que varia de 0 a 100 (FUNDAÇÃO SEADE, 2004).

Além dos três indicadores citados, o IPRS possui um quarto tipo que se traduz na segregação dos municípios com características semelhantes em termos de riqueza, longevidade e escolaridade, em cinco grupos. Para que isso fosse possível, os indicadores sintéticos foram transportados para uma escala que os elencou nas categorias baixa, média e alta, exceto o indicador de riqueza, que possui apenas a categoria alta e baixa (FUNDAÇÃO SEADE, 2004), conforme mostra o Quadro 2.

Quadro 2 – Critérios de Formação dos Grupos do IPRS

Grupos do IPRS	Critérios de Formação dos Grupos do IPRS	Descrição
Grupo 1	Alta riqueza, alta longevidade e média escolaridade Alta riqueza, alta longevidade e alta escolaridade Alta riqueza, média longevidade e média escolaridade Alta riqueza, média longevidade e alta escolaridade	Municípios que se caracterizam por um nível elevado de riqueza com bons níveis nos indicadores sociais
Grupo 2	Alta riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade Alta riqueza, baixa longevidade e média escolaridade Alta riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade Alta riqueza, média longevidade e baixa escolaridade Alta riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade	Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não são capazes de atingir bons indicadores sociais
Grupo 3	Baixa riqueza, alta longevidade e média escolaridade Baixa riqueza, alta longevidade e alta escolaridade Baixa riqueza, média longevidade e média escolaridade Baixa riqueza, média longevidade e alta escolaridade	Municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores sociais
Grupo 4	Baixa riqueza, baixa longevidade e média escolaridade Baixa riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade Baixa riqueza, média longevidade e baixa escolaridade Baixa riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade	Municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade
Grupo 5	Baixa riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade	Este grupo concentra os municípios mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza como nos indicadores sociais

Fonte: Fundação SEADE (2004).

O agrupamento dos municípios deve-se a uma análise dos indicadores de riqueza municipal, longevidade e escolaridade, que são avaliados de forma relativa, ou seja, para que se caracterize um indicador como alto, médio ou baixo, há uma comparação com sua própria base no ano em análise, tendo por parâmetro para o valor máximo e mínimo os dados do levantamento efetuado dos anos de 1992 a 1997.

Para exemplificar, pode-se considerar a situação de 2000, em que o valor desejável para o indicador de escolaridade, considerando a distribuição dos demais municípios, era 47. Dessa forma, todo o município que obtivesse, no mínimo, esse valor no indicador seria classificado como de alta escolaridade. Já em 2002, essa mesma análise demonstrou que para o município ser classificado como de alta escolaridade teria que atingir não mais 47 e sim 56, demonstrando que o cenário considerado bom em 2000 já havia sido superado pela grande maioria dos municípios e os que se destacaram no levantamento mais recente já haviam ultrapassado em muito os patamares anteriores (FUNDAÇÃO SEADE, 2004)

As informações utilizadas para a composição do indicador de riqueza são extraídas de registros administrativos fornecidos pelas Secretarias de Estado dos Negócios da Fazenda e da Energia do Estado de São Paulo e do Ministério do Trabalho e Emprego.

Já o indicador de longevidade é constituído de projeções populacionais e de dados do Registro Civil produzidos pela Fundação SEADE.

O indicador de escolaridade, por sua vez, utiliza dados dos Censos Demográficos produzidos pelo IBGE e Censos Escolares realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP (FUNDAÇÃO SEADE, 2004)

Cabe esclarecer que os valores utilizados para composição dos indicadores estão disponíveis com pouca defasagem de tempo, o que torna a informação atual e favorece um diagnóstico da situação dos municípios em comparação com uma evolução histórica.

Após a explicação da composição do índice pode-se chegar à informação mais importante que é a utilidade do levantamento dos indicadores para a administração municipal. Segundo publicação da Fundação SEADE, as informações constantes nas quatro edições do IPRS, têm auxiliado na definição de prioridades das ações públicas municipais, despertando os administradores para detalhes da construção dos indicadores componentes do índice, com o objetivo de programar ações que minimizem os problemas detectados (FUNDAÇÃO SEADE, 2004).

Da mesma forma que o estado de São Paulo, o estado do Mato Grosso do Sul também se preocupou em verificar o desenvolvimento de seus municípios, pois considera que “A responsabilidade social é a premissa básica da gestão pública.” (SEMAC, 2007, p.5).

Com a autorização da Fundação SEADE, o estado do Mato Grosso do Sul, por meio de sua Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMAC), elaborou o Índice de Responsabilidade Social do Mato Grosso do Sul – IRS-MS, que adota a mesma metodologia do IPRS para a classificação e agrupamento de seus 75 municípios.

Segundo a SEMAC (2007, p.6), a utilização das informações passou “a ser utilizada em planos, programas e projetos da área de Planejamento, na Política de Desenvolvimento Regional, nas ações municipalistas, bem como nas ações desenvolvidas pela Secretaria de Governo”. Os levantamentos do IRS-MS também são bienais e contemplam os anos de 2003 e 2005.

O governo do estado de Minas Gerais atribuiu à Fundação João Pinheiro, de forma normativa, por meio do artigo 2º, da Lei 14.172, de 15 de janeiro de 2002, a atribuição da criação do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), demonstrando a importância dada ao tema. A expectativa é que a informação contribua de forma permanente como apoio às decisões administrativas, propiciando desenvolvimento econômico e social do Estado, com conseqüente melhora na gestão e na transparência das informações para os cidadãos (DATAGERAIS, 2005).

O IMRS elaborado pela Fundação João Pinheiro, visa detectar o nível de desenvolvimento dos 853 municípios mineiros com relação à educação, saúde, segurança pública, emprego e renda, demografia, gestão, habitação, infra-estrutura e meio ambiente, cultura, lazer e esporte (DATAGERAIS, 2005).

Os levantamentos já efetuados abrangem os anos de 2000 a 2004, contemplando as oito dimensões citadas, utilizando, para isso, quarenta indicadores, tornando sua composição bastante complexa.

A explicação para utilização desse número elevado de informações para composição das dimensões advém do conhecimento da Fundação João Pinheiro da fragilidade dos registros administrativos utilizados. Contudo, como se trata da única fonte de dados disponível de abrangência municipal de periodicidade curta, houve a opção de se agregar um grande número de indicadores para que as deficiências se compensem e melhore a consistência dos dados apresentados, minimizando as distorções causadas por contabilizações inadequadas dos fatos administrativos (DATAGERAIS, 2005).

Para obtenção do IMRS, os indicadores são transformados em índices que variam de 0 a 1, como resultado da razão entre o pior valor observado e a amplitude total entre o melhor valor e o pior valor observado no período em análise (pior valor / melhor valor-pior valor). O índice de cada tema é obtido pela média ponderada dos seus componentes, bem como as dimensões também terão sua ponderação como componentes do IMRS (DATAGERAIS, 2005).

A composição de cada dimensão utilizada no IMRS é dada conforme demonstrado no Quadro 3.

Quadro 3 – Composição do IMRS

DIMENSÕES		INDICADORES		
Nome	Peso no IMRS	Nome	Peso na dimensão	Peso no índice
Saúde	20,0	Taxa bruta de mortalidade padronizada	25,0	5,0
		% nasc vivos cujas mães realizaram 4 ou mais consultas de pré-natal	10,0	2,0
		Percentual da população atendida por programas de saúde da família	10,0	2,0
		Cobertura vacinal de tetravalente em menores de 1 ano	10,0	2,0
		Distância percorrida para internação de média complexidade - todos	6,7	1,3
		Percentual de óbitos por causas mal definidas	13,3	2,7
		Gasto per capita com saúde	12,5	2,5
		Esforço orçamentário em saúde	12,5	2,5
Educação	20,0	Taxa de atendimento de crianças e adolescentes de 7 a 17 anos	50,0	10,0
		% alunos da 8ª fundamental acima do nível recomendado em matemática	8,3	1,7
		% 8ª série do fundamental acima do nível recomendado em português	8,3	1,7
		% de alunos da 3ª do médio acima do nível recomendado em matemática	4,2	0,8
		% alunos da 3ª do médio acima do nível recomendado em português	4,2	0,8
		Gasto per capita com educação	12,5	2,5
		Esforço orçamentário em educação	12,5	2,5
Renda e emprego	15,0	Consumo residencial per capita de energia elétrica	37,5	5,6
		Rendimento médio do setor formal	12,5	1,9
		Empregados do setor formal em relação à população de 16 a 64 anos	16,7	2,5
		Produto Interno Bruto per capita	33,3	5,0
Habitação e meio ambiente	15,0	% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada	16,7	2,5
		% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada e banheiro	16,7	2,5
		% de pessoas que vivem em domicílios urbanos com coleta de lixo	16,7	2,5
		Gasto per capita com infra-estrutura e meio ambiente	33,3	5,0
		% da população com disposição adequada de lixo	5,6	0,8
		% da população com tratamento de esgoto	5,6	0,8
Segurança pública	10,0	% de áreas de proteção ambiental	5,6	0,8
		Taxa de Crimes Contra a Pessoa	44,4	4,4
		Taxa de Crimes Contra o Patrimônio	22,2	2,2
		Número de pessoas por policial militar	22,2	2,2
		Número de pessoas por juiz na comarca	11,1	1,1
Gestão fiscal	10,0	Cumprimento da legislação fiscal	33,3	3,3
		Índice de Desenvolvimento Tributário e Econômico	16,7	1,7
		Receita líquida per capita	16,7	1,7
		Conselho de Educação atuante	11,1	1,1
		Conselho de Saúde atuante	11,1	1,1
		Existência de outros 2 conselhos atuantes, além de Educação e Saúde	11,1	1,1
Cultura	5,0	Gestão e preservação do patrimônio Histórico	25,0	1,3
		Existência de bibliotecas	18,8	0,9
		Existência de pelo menos outros dois equipamentos, exceto biblioteca	18,8	0,9
		Esforço orçamentário em difusão cultural	18,8	0,9
		Gasto per capita com difusão cultural	18,8	0,9
Desporto e lazer	5,0	Existência de pelo menos um equipamento de esporte e lazer	50,0	2,5
		Gastos com desporto e lazer	33,4	1,7
		Esforço orçamentário em desporto e lazer	16,6	0,8

Fonte: DATAGERAIS (2005).

Por sua vez, a Confederação Nacional dos Municípios – CNM propõe um Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios do Brasil – IRFS, segundo trabalho de sua equipe técnica, disponível na página da Confederação. A elaboração do índice tem por objetivo dar à administração municipal novas dimensões considerando, além do desempenho fiscal, o social e a gestão eficiente dos recursos públicos. Esse índice faz um levantamento anual dos três componentes do IRFS que são os subíndices de responsabilidade fiscal, social e de gestão.

No caso do subíndice fiscal, se utiliza para o cálculo as informações constantes nos balanços municipais enviados anualmente à Secretaria do Tesouro Nacional – STN conforme prevê o art. 51 da LRF, utilizando como parâmetro os limites previstos neste documento. De posse dos dados referentes ao Ativo, Passivo, Despesa e Receita, e seguindo orientações da STN, a equipe técnica da CNM calcula os indicadores que serão detalhados adiante.

O social considera os dados qualificados como relevantes, pela CNM, relativos à educação e à saúde. O relativo à gestão relaciona determinados gastos efetuados pelo executivo e pelo legislativo com os valores utilizados para investimento no município. Da média simples desses três subíndices resulta o IRFS.

A CNM utiliza também dados obtidos por meio do Censo Escolar, disponibilizados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), e as informações divulgadas com relação à saúde pelo DATASUS (KLERING; STRANZ; GOBETTI, 2007).

De posse da memória de cálculo fornecida pela CNM, demonstra-se a composição e a forma de cálculo de cada subíndice nos próximos parágrafos.

O subíndice fiscal é composto pelas variáveis Endividamento, Suficiência de Caixa, Gasto de Pessoal e Superávit, assim entendidos:

- Endividamento → Valor da Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida (RCL), entendendo-se a RCL como: (Receita Corrente) – (Deduções da Receita Corrente + Contribuições Sociais);
- Suficiência de Caixa → Diferença apurada entre os Haveres Financeiros e os Restos a Pagar / RCL, entendo-se Restos a Pagar como: Restos a Pagar (RP) Processados + RP Não Processados;
- Gasto de Pessoal → Despesa Líquida / RCL, entendida Despesa Líquida como: (Despesa com Pessoal e Encargos + ODC Pensões + ODC Aposentadorias) – (Sentenças Judiciais + Despesas. Exercícios Anteriores + Indenizações e Restituições + Contribuições Sociais);
- Superávit Primário → Diferença apurada entre as Receitas Primárias e as Despesas Primárias / RCL, considerada Receita Primária como: (Receita Total) – (Receita Valores Mobiliários + Operações Crédito + Alienação Bens + Amortização Empréstimos) e Despesa Primária como: (Despesa Total) – (Juros e Encargos + Inversão Aquisição Títulos + Inversão Conc. Empréstimos + Amortização Dívida).

O subíndice de gestão foi criado para utilizar os dados já disponibilizados pela STN de forma que fossem complementares às informações obtidas nos outros dois subíndices. Ele é composto pelas variáveis Custo da Máquina, pela média da razão entre o Custo do Legislativo e a População do Município e da entre o Custo do Legislativo e a Receita Corrente Líquida, e pelo Grau de Investimento assim calculados:

- Custo da Máquina \rightarrow Custo da Máquina / RCL, entendendo-se Custo da Máquina como a soma das despesas com: Contratação Temporária, Passagens e Locomoção, Serviços Consultoria, Outros Serviços Pessoa Física, Outros Serviços Pessoa Jurídica e Locação Mão de Obra, que foram considerados como acréscimos das despesas com pessoal. No entanto, o item Materiais de Consumo não foi considerado para cálculo do custo porque alguns municípios utilizam essa conta para registrar a compra de medicamentos e com não é possível distinguir o quanto do valor foi utilizado com essa finalidade, a qual não deve ser associada ao custeio da máquina administrativa, optou-se por excluí-la do cálculo (CNM, 2006);
- Custo do Legislativo (População) \rightarrow Custo Legislativo / População Municipal no Ano em Análise, segundo dados obtidos junto ao IBGE;
- Custo do Legislativo (RCL) \rightarrow Custo do Legislativo / RCL;
- Grau de Investimento \rightarrow Investimento / RCL.

O subíndice de responsabilidade social é formado considerando os gastos e desempenho na área de educação e saúde, sendo que como gastos na área da saúde, a CNM considerou apenas os realizados pelo próprio município, excluídas as transferências do Sistema Único de Saúde (SUS), como forma de verificar o esforço efetuado pelo município. As variáveis componentes do subíndice de educação são o Gasto de Educação, Matrículas da Rede Municipal, Professores com Nível Superior e a Taxa de Abandono na Rede Municipal. Já o subíndice de saúde é formado pelo Gasto de Saúde e Saneamento, pela Taxa de Mortalidade Infantil, Média de Consultas Médicas e Cobertura Vacinal. A obtenção das variáveis é conseguida da seguinte forma:

- Gasto de Educação \rightarrow Despesa com Educação / RCL;
- Matrículas da Rede Municipal \rightarrow Matrículas da Rede Municipal de Ensino / População Municipal (POP);
- Professores com Nível Superior \rightarrow Percentual de Professores da Rede Municipal de Ensino que Possuem Nível Superior / POP

- Taxa de Abandono na Rede Municipal → Taxa de Abandono Escolar da Rede Municipal de Ensino;
- Gasto de Saúde e Saneamento → $(\text{Gasto em Saúde} + \text{Gasto em Saneamento}) - (\text{Transferências SUS}) / \text{RCL} - \text{Transferências SUS}$;
- Taxa de Mortalidade Infantil → Taxa de Mortalidade Infantil do Ano (DATASUS);
- Média de Consultas Médicas → Média de Consultas Médicas do SUS por Município (DATASUS);
- Cobertura Vacinal → Percentual de Cobertura Vacinal do Ano (DATASUS).

Em alguns casos pode-se verificar que os indicadores componentes dos subíndices não são diretamente proporcionais, por exemplo, no caso do gasto próprio com a educação, do número de professores com nível superior e o número de matrículas, quanto maior for o valor encontrado dos indicadores, melhor para o subíndice, contudo, no caso da taxa de abandono escolar ocorre o inverso, quanto menor o valor melhor a situação. Para resolver essa questão, a avaliação desse último indicador também fica invertida, considerando, para cálculo melhores valores quanto menor for o seu resultado, tornando possível a média entre os valores sem que haja distorção do resultado.

Após o levantamento de todos os valores das variáveis componentes dos subíndices e seus respectivos cálculos, pode-se, então efetuar a comparação entre os valores encontrados de forma a transportá-los para uma escala de 0 a 1, considerando como 0 o pior valor possível ou encontrado na amostra e o valor 1, para a melhor situação.

A CNM propôs o IRFS com o intuito de estimular e ampliar a cultura da responsabilidade administrativa entre as prefeituras brasileiras (KLERING; STRANZ; GOBETTI, 2007), a inovação conseguida foi dar um tratamento igualitário entre as dimensões levantadas de responsabilidade social e de gestão em contrapartida da responsabilidade fiscal, pois o IRFS não imputa pesos ou ponderações em seu cálculo, todas as dimensões possuem a mesma participação em sua formação.

O índice elaborado pela CNM será analisado pormenorizadamente no desenvolvimento deste estudo, visto tratar-se de um índice mais abrangente no qual será concentrada a análise da relação entre a responsabilidade social com as de gestão e fiscal, bem como será observada a adequação ou não das suas variáveis constitutivas.

1.2. Problema de Pesquisa

Após observar as experiências já existentes de acompanhamento e controle do índice de responsabilidade social e o seu relacionamento com os demais índices de controle da gestão pública, procura-se responder à seguinte questão de pesquisa: qual a importância e a utilidade dos índices de responsabilidade social para a administração pública?

1.3. Objetivos

1.3.1. Geral

Possibilitar uma visão geral sobre experiências de alguns entes que utilizam metodologias para acompanhamento de índices de responsabilidade social, para que o leitor tenha uma percepção sobre a escolha dos indicadores e a composição dos índices, bem como evidenciar a multiplicidade de informações que podem ser extraídas utilizando dados que já estão disponíveis hoje, aos cidadãos comuns, em entidades governamentais.

Demonstrar a utilidade desse índice para os órgãos governamentais de controle interno e externo, como auxiliar na mensuração dos resultados sociais atingidos com a aplicação de recursos nos planos e projetos de governo, subsidiando avaliações do desempenho da gestão, contribuindo sobremaneira como ferramenta de melhoria da atuação pública.

1.3.2. Específico

- Demonstrar como os resultados dos índices de responsabilidade apurados podem ser úteis para os agentes públicos, no acompanhamento dos efeitos de seus atos administrativos sobre os programas de governo; para a população, que deve sempre estar vigilante com relação ao desempenho de seus dirigentes; e para os órgãos de controle, que poderão utilizar os resultados obtidos como fonte para o monitoramento e avaliação da gestão dos responsáveis pela guarda e aplicação de recursos públicos;

- Citar iniciativas parlamentares em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal para incluir a responsabilidade social no arcabouço das normas brasileiras;
- Evidenciar a relação existente entre a responsabilidade social, a responsabilidade fiscal e a de gestão, enfocando o IRFS apurado pela Confederação Nacional dos Municípios no período de 2002 a 2006, para analisar sobre a influência que um subíndice exerce sobre o outro.

1.4. Justificativa

Justifica-se um estudo nesta área pela necessidade de aprofundamento dos conhecimentos dos cidadãos comuns e do próprio Estado quanto ao controle e quantificação da atuação do dirigente político na área social da localidade sob sua responsabilidade. Dessa forma, um trabalho sobre o tema entende-se como oportuno e relevante.

1.5. Delimitação do Estudo

O presente estudo visa demonstrar algumas experiências relativas à construção de índices de responsabilidade social, contudo, a ênfase será dada ao Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão utilizado pela Confederação Nacional dos Municípios para levantamento da situação dos municípios brasileiros. Visto tratar-se de um indicador mais abrangente que possibilita a análise, dentro de um mesmo município, de sua situação fiscal, social e de gestão. Essas informações serão úteis para detecção de características estaduais, regionais e sazonais que serão exploradas no decorrer deste trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Behnken e Ricci (2007), o termo responsabilidade social foi divulgado no Brasil pela ótica do empresariado nacional, restrito à relação entre a empresa e os indivíduos com os quais se relaciona. Contudo a partir de 2003, em evento organizado pelo Fórum Brasil do Orçamento, denominado de Fórum Social Brasileiro que ocorreu de 6 a 9 de novembro, em Belo Horizonte, indicou novas bases ao conceito, estendendo-o ao setor público e tornando a sociedade civil co-responsável pela definição, execução e monitoramento das ações públicas.

Castro et al. (2008) demonstram que os gastos sociais efetuados pelo governo federal, tendo por comparação o Produto Interno Bruto (PIB) aumentaram significativamente nos últimos anos, conforme demonstrado no Quadro 4. A coluna do Gasto Social Federal (GSF) lista os valores que foram investidos pelo governo nos respectivos anos, a coluna ao lado revela a qual percentual do PIB essa aplicação corresponde e a coluna do número índice evidencia a evolução anual dos gastos em relação ao PIB, considerando como base o ano de 1995, onde se pode perceber o aumento gradual até chegar em 30% no ano de 2006:

Quadro 4 – Gasto Social Federal* (GSF) em relação ao PIB 1995-2006

Ano	GSF (corrente)	GSF/PIB	
		%	Número Índice (1995 = 100%)
1995	79.324	11,24	100
1996	92.705	10,98	98
1997	108.073	11,51	102
1998	119.975	12,25	109
1999	129.506	12,16	108
2000	148.088	12,56	112
2001	169.214	13,00	116
2002	190.892	12,92	115
2003	220.161	12,95	115
2004	256.292	13,20	117
2005	296.752	13,82	123
2006	340.011	14,57	130

Fonte: Castro et al. (2008) (adaptado).

*Valores em R\$ bilhões, deflacionados mês a mês, para dezembro de 2006, pelo IPCA.

Nota-se que há uma tendência de crescimento do GSF no período analisado, bem assim, essa tendência já havia sido observada em período anterior com relação aos estados e municípios (CASTRO et al., 2003), o que reforça a necessidade de controle quanto à

utilização dos recursos direcionados para os projetos e programas de governo, considerando o grande volume aplicado e sua evolução, para verificação dos resultados alcançados em comparação com os objetivos propostos. Contudo, essa preocupação em acompanhar e avaliar tais recursos já pode ser percebida em várias iniciativas pelo país.

Em audiência pública realizada na Câmara dos Deputados, em 13 de setembro de 2007, para discussão sobre o Projeto de Lei Complementar 264/2007, que inclui na LRF metas de responsabilidade social, o professor Roberto Piscitelli, ponderou sobre a forma como os administradores públicos primam pela obtenção da excelência em termos de indicadores financeiros, deixando em segundo plano a fixação, o acompanhamento e a avaliação de indicadores sociais referentes a questões básicas sobre a qualidade de vida e ao bem-estar geral, como o tratamento e a prevenção de doenças, a efetividade do ensino, o controle da violência, as condições de habitação, saneamento e transporte públicos (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2007).

Ele lembrou também que não se está dando a devida atenção à utilização de indicadores de natureza qualitativa, que são, em última análise, medidas das atividades fins do Estado (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2007).

Tentando suprir a deficiência da LRF referente à análise qualitativa dos gastos públicos, existem hoje na Câmara dos Deputados, dois projetos de lei que visam incluir artigos alterando a LRF, tornando obrigatório o acompanhamento sistemático do cumprimento das metas sociais propostas pela administração pública.

O primeiro deles é o Projeto de Lei Complementar (PLC) 264/2007, derivado da Sugestão 210/2006, encaminhada pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) à Comissão de Legislação Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados, e que têm por objetivo incluir o controle da responsabilidade social da administração pública na LRF em pé de igualdade com a responsabilidade fiscal. O segundo é o Projeto de Lei Complementar 353/2006, que altera a LRF, criando um Anexo de Metas Sociais à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA).

No Senado Federal tramita a PEC 29/2003 que objetiva alterar o artigo 193 da Constituição Federal, que passaria a ter a seguinte redação: “A Ordem Social tem como base o primado do trabalho e, como objetivo, o bem-estar e a justiça sociais, a serem avaliados por meio de indicadores de responsabilidade social, nos termos da lei complementar” (VÂNIA, 2003).

A regulamentação desse dispositivo seria feita por intermédio de uma lei complementar denominada Lei de Responsabilidade Social, na qual constariam metas a serem

observadas pelos três níveis de governo, definindo as prioridades na área social. Como forma de possibilitar a mensuração do cumprimento das metas, a lei proporia a criação de um Índice de Responsabilidade Social.

A preocupação com a responsabilidade social na área pública é recente, contudo, na área privada esse tema vem sendo discutido a mais tempo, já tendo sido efetuados alguns estudos sobre o motivo pelo qual as empresas estão dando atenção e direcionando recursos volumosos para o tema.

Lobo (2006) destaca em sua pesquisa que as empresas que mais investiram em responsabilidade social no ano de 2005 não o fizeram com o objetivo principal de abocanhar uma maior fatia do mercado, ou aumentar seus lucros, mesmo porque apenas recentemente a responsabilidade social tem entrado na pauta de discussões das empresas como processo de reforço às atividades, mas o fizeram porque os seus gestores realmente se identificavam com o tema, sendo que os mais engajados também mantinham cadeira cativa em Organizações Não Governamentais que atuam na área.

Trazendo essa informação para a área pública pode-se considerar que não se conseguirá implementar uma cultura de responsabilidade social sem que os gestores acreditem na sua importância e realmente utilizem as informações coletadas no acompanhamento dos resultados e aprimoramento dos atos administrativos com vistas ao alcance dos objetivos estabelecidos.

Gaetani (1997) defende que a adoção de indicadores e parâmetros, mesmo que imperfeitos, deve ser difundida, pois possibilita a comparação, e auxiliam na mensuração e identificação dos problemas na área social.

O Conselho Nacional de Justiça - CNJ (2006) publica estudo com indicadores estatísticos do Poder Judiciário com dados a partir de 2003, vislumbrando a importância existente no conhecimento dos dados para estudo dos problemas e identificação de soluções. Os dados formadores dos indicadores foram extraídos das Justiças Federal, do Trabalho e Estadual.

Verifica-se que no levantamento há indisponibilidade de muitos dados para cálculo dos indicadores que são utilizados para avaliar a área que se está observando. Provavelmente, a falta de uniformização de procedimentos e o baixo nível de informatização em alguns graus de jurisdição, contribuem para que o levantamento não consiga ser tão abrangente como é desejável (CNJ, 2006).

Alguns indicadores utilizados são interessantes para que o cidadão comum tenha um melhor entendimento sobre a forma de atuação do Poder Judiciário e observe os gargalos existentes (CNJ, 2006):

- A taxa de congestionamento considera os casos novos e os pendentes de julgamento em relação às decisões que extinguem o processo, essa taxa acaba variando bastante dependendo do grau de jurisdição, mas é bem visível que os magistrados existentes não estão conseguindo atender à demanda atual;
- O indicador da carga de trabalho dos magistrados é outra informação que reforça o entendimento de que os processos vão continuar se acumulando e ocasionando a persistência da demora processual que já é observada;
- Um resultado relevante para a comunidade é o número de pessoas atendidas pela assistência jurídica gratuita e a despesa pública ocasionada por esse atendimento;
- Um dos fatores que contribui para o aumento da demanda originária e recursal ao Judiciário é o próprio Governo que, nesse estudo, tem a sua participação como demandador de serviços levantada.

O estudo do Judiciário não é o foco desse trabalho, por isso, não haverá aprofundamento sobre os dados levantados. Contudo, é necessário observar o fato de haver um movimento, ainda pequeno, porém contínuo, dos entes públicos no sentido de perceber o mérito existente nas informações obtidas por meio de indicadores e índices, muitos dos quais tendentes a informar sobre o atingimento ou não dos objetivos sociais estabelecidos, ao mesmo tempo em que tornam as informações mais acessíveis ao cidadão comum que não entenderia com facilidade um balanço orçamentário, mas que facilmente visualiza um índice de atendimento de demandas estabelecidas.

Para que se possa avaliar ou mensurar os resultados sociais gerados a partir da implantação dos programas públicos com a aplicação dos recursos orçamentários, é necessária a utilização de indicativos e indicadores que evidenciem a evolução da gestão pública (BRASIL, 2001a).

Indicativos ou itens de controle são os dados que revelam situações desejáveis ou não, que sejam fundamentais na ótica do controle, eles são obtidos de forma direta, sem necessidade de utilização de cálculos e expressos em termos numéricos como, por exemplo, a quantidade de vacinas aplicadas em determinada campanha (BRASIL, 2001a).

Já os indicadores são valores obtidos por meio de utilização de fórmulas e fornecem resultados quanto à eficiência, eficácia, legalidade e economicidade da área de interesse, eles são demonstrados de forma numérica ou percentual como, por exemplo, a cobertura vacinal alcançada em determinada localidade (BRASIL, 2001a).

Um exemplo da importância da mensuração dos resultados sociais alcançados a partir do investimento dos recursos públicos vem das Auditorias Operacionais e de Gestão realizadas pelos Tribunais de Contas. Em palestra proferida no IX Seminário Nacional de Educação: Avaliação da Qualidade dos Gastos e Criação de Indicadores de Desempenho, realizado em 2007, foi destacada a utilização de índices como aspecto indispensável da mensuração do desempenho da gestão pública, como medida de economia, eficiência, eficácia e efetividade (AKUTSU, 2007).

Destacou-se a importância de se medir a efetividade dos programas, para verificar se o objetivo realmente foi alcançado. No caso da educação, um resultado esperado seria o número de alunos matriculados e a quantidade que passou para a série posterior, mas a informação mais importante é se o aluno realmente aprendeu, seria a efetividade do programa. No entanto, esse tipo de informação é muito difícil de ser obtida, essa relação de causa e efeito, para saber se a causa da melhora ou piora de um índice deve-se a alguma política pública é difícil de ser mensurada de forma segura. (AKUTSU, 2007).

Para que o indicador meça de forma adequada o desempenho de determinada área, ele deve possuir algumas características desejáveis (BRASIL, 2000):

- Representatividade – deve ser a manifestação dos produtos da atividade ou função, deve-se identificar os produtos finais e intermediários e seu relacionamento com as demais variáveis envolvidas;
- Homogeneidade – devem ser consideradas apenas variáveis que sejam homogêneas em sua composição;
- Praticidade – deve permitir a tomada de decisões gerenciais, a variável deve ser modificada ou excluída se não atender a essa característica;
- Validade – deve refletir o fenômeno a ser monitorado;
- Independência – as variáveis que são influenciadas por fatores externos devem ser evitadas;
- Confiabilidade – a fonte de dados utilizada para cálculo deve ser confiável, proporcionando aos demais avaliadores chegarem ao mesmo resultado obtido;

- Seletividade – deve-se estabelecer um número razoável de indicadores que meçam os aspectos essenciais a serem monitorados;
- Simplicidade – deve ser de fácil cálculo e compreensão;
- Cobertura – resguardadas as características de simplicidade e seletividade, o indicador deve representar a amplitude e a diversidade de particularidades do fenômeno monitorado;
- Economicidade – a manutenção da base de dados não pode ser dispendiosa, o custo para coleta e atualização das informações deve ter um custo razoável;
- Acessibilidade – deve existir facilidade no acesso às informações necessárias para o cálculo dos indicadores;
- Estabilidade – para que os resultados sejam consistentes ao longo do tempo, é necessário que haja uma constância dos procedimentos de cálculo e em suas variáveis constitutivas.

Após a verificação de que os indicadores utilizados possuem as peculiaridades inerentes a uma boa construção, evitando distorções indesejáveis e informações confiáveis e úteis, pode-se analisar os resultados obtidos segundo as seguintes dimensões (BRASIL, 2000):

- Economicidade – reduzir os custos dos recursos utilizados na atividade sem comprometimento dos padrões de qualidade refere-se à capacidade de gestão adequada de recursos pela instituição;
- Eficiência – mede o esforço de transformação do insumo em produto em determinado espaço de tempo;
- Eficácia – verifica o alcance das metas estipuladas, não sendo considerado o custo envolvido para a consecução do objetivo;
- Efetividade – relação entre os resultados alcançados e os objetivos que motivaram a atuação institucional, a comparação entre o impacto previsto e o real.

Outra contribuição dos indicadores é a possibilidade de comparação, para que se possa saber se determinado desempenho é satisfatório, é preciso que se tenha um padrão ou uma média, que se compare com a média nacional, por exemplo, ou com um valor desejável (BRASIL, 2000).

3. PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Procedeu-se a pesquisas em páginas eletrônicas sobre a existência de entidades que já houvessem efetuado estudos visando mensurar a qualidade de seus gastos e os benefícios gerados para a sociedade decorrentes do orçamento alocado em cada projeto social. Observou-se, então, que alguns estados brasileiros já haviam efetuado pesquisas que resultaram em índices de responsabilidade social, cuja finalidade é de acompanhar o desenvolvimento do estado e de seus municípios na área social, sem, no entanto, fazer uma relação entre esse índice e as metas sociais estabelecidas em projetos e planos de governo e com os limites previstos na LRF.

Aprofundando a pesquisa, foi observado o IRFS da CNM, que além de possuir uma base de dados formada por todos os municípios brasileiros que entregaram seus balanços orçamentários e patrimoniais à STN, que dentro da sua metodologia enfoca três dimensões: os subíndices de responsabilidade social, fiscal e de gestão.

Apesar de não haver um estudo sobre a relação existente entre os indicadores levantados e as metas sociais estabelecidas em cada município, igualmente ao que foi observado quanto aos estados que possuem seus índices de responsabilidade social, o IRFS construído pela CNM permite uma comparabilidade dentro dos próprios estados e municípios, da relação existente entre as dimensões estudadas.

Com base nesses levantamentos, e de posse da base de dados com os resultados de todos os municípios que possuíam dados disponíveis para cálculo dos indicadores, obtido junto a CNM, optou-se por restringir a análise ao índice gerado pela CNM, por entendê-lo como mais abrangente, dando subsídios para análises com vários enfoques.

É necessário demonstrar que a amostra utilizada para análise dos dados é bastante significativa, apesar de não ser formada por todos os municípios brasileiros, sendo relevante ressaltar que todos os municípios com mais de 500.000 habitantes entregaram seus balanços à STN e estão com os seus dados computados (GOBETTI; KLERING; STRANZ, 2008).

Quadro 5 – Quantidade de municípios da amostra

Ano	Municípios Brasileiros		
	Total	Amostra	%
2002	5.560	5.156	93%
2003	5.560	5.012	90%
2004	5.564	4.286	77%
2005	5.564	4.164	75%
2006	5.564	4.938	89%

Fonte: IBGE (2002-2006) (adaptado).

Para o desenvolvimento do trabalho foi utilizada a descrição direta das experiências observadas, e, com a utilização de pesquisa documental, a análise de artigos publicados de diversas fontes, outros trabalhos acadêmicos realizados sobre o tema em tela, artigos, livros e periódicos especializados.

A base de dados obtida junto à CNM é necessária para demonstrar numericamente a relação existente entre os índices de responsabilidade com relação a localização geográfica do município, o perfil do estado e a sua posição nacional com relação a cada subíndice e a evolução histórica observada.

Para possibilitar a elaboração dos quadros comparativos deste trabalho, foi obtida junto à Confederação Nacional dos Municípios a base de dados, sem a identificação nominal dos municípios, contendo todos os valores calculados de subíndices e índice geral para os municípios que possuíam dados disponíveis no banco de dados das Finanças dos Municípios do Brasil (FINBRA), disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no período de 2002 a 2006.

A codificação dos municípios foi efetuada pela CNM com o intuito de evitar algum tipo de constrangimento para os que, por ventura, não ficassem bem classificados nos índices apurados. No entanto, na página eletrônica da CNM é possível a pesquisa de todos os municípios, identificados nominalmente, sendo que a consulta é realizada selecionando uma localidade por vez.

Antes de iniciar a análise dos dados, é necessário esclarecer alguns ajustes que foram efetuados pelos técnicos da Confederação para evitar distorções no cálculo dos subíndices (GOBETTI; KLERING; STRANZ, 2008):

- Para viabilizar a comparação dos índices e dos indicadores e formar o índice geral, as amplitudes foram uniformizadas, transformando linearmente os dados originais para escalas variando de 0 a 1, em que o valor mínimo indica a pior

situação possível ou encontrada na amostra e o valor máximo a melhor situação possível ou encontrada;

- Casos que havia indicação de erro no preenchimento dos Balanços Anuais analisados, atribuiu-se valores fixos de máximos ou mínimos e valores de escala de 0 e 1 aos municípios que possuíam valores extremos ou atípicos nos seus subíndices;
- No caso de omissão da informação da despesa com o Legislativo procedeu-se a um ajuste nos indicadores específicos, acrescentando o equivalente a 6% da receita corrente líquida, para evitar que a falta de informação sobre o gasto com a Câmara Municipal fosse responsável por uma melhor avaliação do município;
- No caso de omissão do valor da despesa de custeio (itens de outras despesas correntes), adotou-se o critério de atribuir nota 0,40 (dobro da média) aos municípios nessa situação;
- Buscou-se identificar e corrigir alguns erros de preenchimento dos Balanços Anuais (valores multiplicados por mil ou divididos por mil), mas essa tarefa ficou restrita a alguns casos identificados.

4. RESULTADOS

Antes da análise dos dados propriamente ditos, é necessário verificar a evolução histórica média dos seus indicadores constitutivos, pois o aumento ou diminuição dessa média, mesmo que em valores nacionais, ajudará nas conclusões sobre as variações que serão observadas no Quadro 6.

Quadro 6 – Evolução das médias dos Indicadores dos Municípios da Amostra

Indicadores		2002	2003	2004	2005	2006	Variação
Fiscal	Endividamento/RCL	8,04%	8,70%	8,12%	3,76%	5,75%	-28%
	Suficiência de Caixa/RCL	-0,65%	-1,74%	0,79%	4,31%	3,40%	623%
	Gasto Pessoal/RCL	43,98%	46,66%	44,19%	44,14%	45,78%	4%
	Superávit Primário/RCL	1,60%	-0,63%	2,87%	4,33%	-0,45%	-128%
Gestão	Custeio da Máquina/RCL	22,93%	22,94%	22,64%	23,03%	24,10%	5%
	Grau de Investimento	26,78%	9,90%	10,36%	8,78%	11,55%	-57%
	Custo Legislativo/RCL	4,36%	4,66%	4,35%	4,23%	4,43%	2%
	Custo <i>per capita</i> Legislativo	28,48	31,36	34,24	37,2	41,87	47%
Social	Gasto Educação	30,74%	30,76%	29,62%	28,94%	30,17%	-2%
	Matriculados/População	17,45%	18,09%	15,06%	16,16%	17,66%	1%
	Professores Nível Superior	15,20%	18,90%	23,00%	29,85%	56,36%	271%
	Taxa Abandono Escolar	7,41%	7,13%	7,09%	7,15%	7,43%	0%
	Gasto Próprio Saúde/RCL	18,50%	17,89%	17,02%	15,08%	19,14%	3%
	Cobertura Vacinal	79,15%	75,56%	76,19%	73,94%	77,96%	-2%
	Mortalidade Infantil (por mil)	20,11	19,64	18,25	18,44	17,34	-14%
	Média Consultas Médicas	2,04	1,97	1,95	1,95	1,64	-20%

Fonte: Gobetti; Klering; Stranz (2008) (adaptado).

Verificando a evolução dos indicadores, observam-se as seguintes alterações:

- A média de endividamento municipal, em relação à receita corrente líquida, reduziu significativamente (-28%) no período em análise;
- Os haveres financeiros, em relação à receita corrente líquida, também tiveram uma melhora expressiva, saindo de um valor negativo para positivo, um aumento de 623%, pode ser um indicativo da redução de inscrições em restos a pagar;
- Por sua vez, o indicador de superávit primário, em relação à receita corrente líquida, teve uma redução de 128%, o que não deve ser considerado como uma piora geral, visto que o superávit é necessário para o pagamento de juros e

financiamentos. Como se observa que o endividamento dos municípios, em média, reduziu, realmente não há necessidade de se gerar superávit, podendo haver o investimento dos recursos em projetos sociais;

- Contudo, apesar de uma redução do superávit primário, pode-se detectar uma redução das médias dos investimentos em relação à receita corrente líquida (-57%), o que pode ser um indício de que mesmo com a redução do endividamento e a redução do superávit, os recursos não estão sendo aplicados em novos investimentos;
- Como resposta à redução nos investimentos, pode-se notar o aumento dos gastos *per capita* com o Legislativo, que teve um aumento de 47%, em média, nos últimos anos, bem como o aumento do custo da máquina em relação à receita corrente líquida, que apesar de não ter sido muito grande (5%), aumentou sua participação;
- Um aumento bastante positivo é a melhoria na qualificação dos professores. No período de 2002 a 2006 houve um aumento de 271%, em média, do número de profissionais com nível superior, provavelmente esse crescimento seja consequência da exigência legal de que até 2011 os sistemas de ensino possuam no mínimo 70% de seu corpo docente da educação infantil e do ensino fundamental com formação de nível superior (BRASIL, 2001b);
- Os gastos próprios com saúde, que englobam as despesas com saúde e saneamento, tiveram um pequeno aumento, em média, no período. No entanto, o número de consultas por habitante sofreu uma redução (-20%), mas a mortalidade infantil também teve uma queda (-14%). Uma hipótese para explicar o caso seria um investimento maior no saneamento básico, que acarretaria em uma melhora na saúde da população, com consequente redução da mortalidade infantil.

O Quadro 6, demonstra as médias anuais nacionais das variáveis constitutivas dos subíndices que posteriormente resultarão no IRFS-CNM, mas há outra forma de verificar essas informações de modo a perceber a média em cada estado. No próximo quadro será demonstrada a evolução de cada indicador constitutivo por estado da federação, onde se pode observar as alterações, para mais ou para menos, de cada uma das quinze variáveis utilizadas.

Quadro 7 – Evolução das médias dos Indicadores por estado de 2002 a 2006

2002-2006				Subíndice Fiscal				Subíndice de Gestão				Subíndice Social			
Estados	DCL/ RCL	SUF/ RCL	PES/ RCL	SUP/ RCL	CUSTO MÁQ	CUSTO LEG	GRAU INVEST	EDU/ RCL	MAT/ POP	PROF UNIV	TX ABAND	SAUDE/ RCL	COB VAC	MORT INF	CONS MÉD
AC	1,98%	2,50%	3,43%	10,12%	-1,42%	0,89%	-22,36%	-4,31%	-8,41%	308,16%	8,02%	-32,10%	-59,40%	-8,70%	74,24%
AL	6,73%	0,89%	-11,91%	-2,06%	-0,30%	-6,58%	-45,46%	-0,46%	-8,70%	230,42%	-9,54%	-14,14%	-6,15%	15,36%	-12,38%
AM	-4,83%	2,24%	-9,74%	-4,33%	-0,86%	-2,95%	-23,46%	4,78%	8,16%	2822,59%	-4,89%	-1,75%	19,51%	11,00%	-23,51%
AP	4,34%	3,36%	-9,00%	-8,54%	-4,66%	-10,10%	-3,80%	-10,18%	-6,78%	350,72%	-6,01%	22,29%	-9,53%	14,34%	-69,83%
BA	-1,10%	1,49%	-9,84%	-8,44%	-8,63%	-8,37%	-52,14%	1,14%	-6,76%	129,61%	-3,74%	2,55%	7,16%	-1,25%	-13,58%
CE	-1,51%	2,91%	-7,25%	-4,07%	3,69%	-1,26%	-27,94%	1,42%	-11,86%	229,54%	2,19%	2,67%	-0,05%	20,34%	-13,97%
ES	11,48%	20,95%	1,26%	15,46%	2,72%	4,59%	-10,87%	4,41%	16,35%	215,72%	-1,64%	-4,25%	-8,33%	7,74%	-3,53%
GO	-1,32%	10,97%	-1,24%	1,47%	-17,49%	-6,72%	-39,62%	-6,96%	7,09%	528,12%	11,04%	9,75%	-23,81%	4,21%	-16,90%
MA	-0,86%	0,45%	-11,04%	-1,66%	-2,64%	-15,95%	-27,67%	-2,94%	-9,13%	377,61%	-8,14%	26,18%	23,23%	7,37%	3,23%
MG	3,49%	7,53%	-3,04%	-4,94%	-3,85%	-1,72%	-19,95%	-7,38%	-5,22%	398,99%	6,88%	2,77%	15,22%	9,46%	-17,95%
MS	5,75%	7,88%	-6,32%	-8,11%	0,84%	-0,25%	-32,50%	5,69%	2,16%	211,23%	12,10%	13,90%	-24,04%	8,51%	-2,26%
MT	4,40%	6,14%	-7,22%	-4,25%	-3,83%	-9,09%	-24,31%	4,72%	0,30%	260,57%	-1,38%	4,23%	-3,78%	6,33%	-25,56%
PA	-2,15%	0,04%	-9,17%	-7,37%	-5,06%	-4,33%	-30,25%	-1,05%	-12,06%	514,32%	-2,16%	12,96%	16,36%	3,77%	-4,84%
PB	-10,35%	0,17%	-10,49%	-2,51%	-1,18%	-4,52%	-40,49%	-0,92%	-1,69%	234,97%	-5,81%	4,25%	-17,52%	16,32%	-14,09%
PE	0,81%	0,85%	-8,95%	-6,01%	-1,81%	-9,66%	-38,17%	2,91%	-2,03%	89,65%	-7,89%	1,91%	-10,01%	10,10%	-10,00%
PI	-3,27%	-1,31%	-16,50%	-14,93%	0,34%	-8,75%	-38,43%	-1,87%	-15,26%	622,62%	-4,95%	1,85%	-6,22%	17,71%	-33,04%
PR	3,70%	4,94%	-4,85%	-5,87%	-3,66%	-20,02%	-38,01%	-1,12%	-3,98%	259,82%	5,72%	8,53%	-8,05%	12,13%	-7,63%
RJ	0,94%	8,18%	7,32%	-2,70%	-7,79%	-1,82%	-40,39%	2,98%	2,05%	139,03%	7,23%	1,64%	-18,32%	15,19%	-11,49%
RN	-0,40%	0,37%	-16,74%	-2,46%	-5,80%	-3,85%	-45,89%	-0,64%	-6,32%	379,96%	2,86%	-4,79%	-7,92%	12,67%	-68,02%
RO	0,91%	7,20%	-1,40%	-6,17%	-7,67%	-9,69%	-29,49%	3,22%	-9,51%	325,45%	5,10%	-13,78%	14,99%	8,55%	-31,75%
RR	-1,76%	2,21%	1,26%	-14,91%	15,53%	5,59%	-8,62%	-1,45%	50,91%	480,66%	6,38%	4,14%	-33,45%	-15,46%	1,26%
RS	8,09%	10,91%	6,22%	-14,59%	-4,92%	-0,52%	-27,32%	5,48%	4,60%	270,59%	1,44%	9,42%	-10,76%	11,18%	-6,44%
SC	2,83%	4,23%	-3,52%	-8,42%	-4,67%	-4,93%	-25,64%	1,80%	1,18%	344,94%	-0,12%	11,24%	-4,60%	11,52%	-15,92%
SE	3,14%	9,71%	-14,41%	-4,83%	2,39%	2,05%	-40,76%	2,12%	-0,83%	604,43%	0,10%	11,99%	-18,49%	19,85%	-2,55%
SP	5,50%	7,31%	6,06%	-4,82%	-4,54%	2,89%	-25,56%	0,35%	5,35%	186,97%	1,43%	3,59%	-12,20%	9,12%	-5,02%
TO	-2,83%	5,92%	-8,73%	6,48%	-5,07%	-13,27%	-33,20%	3,23%	-4,52%	1877,09%	28,38%	-2,72%	5,41%	19,03%	-15,36%
Média	1,30%	4,92%	-5,61%	-4,17%	-2,71%	-4,94%	-30,47%	0,19%	-0,57%	476,68%	1,64%	3,17%	-6,95%	9,48%	-13,34%

Cabe esclarecer que como não havia informação disponível para o indicador relativo a matrículas na rede de ensino municipal para os municípios do estado do Mato Grosso do Sul no ano de 2002 e para que houvesse um parâmetro para cálculo da evolução média, foram utilizados os dados relativos ao indicador do ano de 2003 e comparados com os de 2006 pois entende-se que para a análise que está sendo feita, não há perda da qualidade dos resultados com a utilização desses valores.

No Quadro 7 os indicadores já estão no formato que é utilizado para se chegar a cada subíndice, ou seja, basta efetuar a soma de cada valor e tirar a média para se obter o resultado. Sendo que no caso do subíndice social, primeiro chega-se aos valores relativos ao índice da educação (média dos resultados dos indicadores das quatro primeiras colunas) e da saúde (média dos resultados dos indicadores das quatro últimas colunas) e só após calcula-se a média desses dois indicadores para se resultar no subíndice citado.

Essa visão possibilita entender qual, dentre os indicadores, contribuiu de forma positiva ou negativa para determinado desempenho. Algumas observações são interessantes:

- Sobre os indicadores componentes do subíndice fiscal, pode-se verificar que os municípios da Paraíba, do Piauí, do Rio Grande do Norte e do Pará são os tiveram a média da evolução do desempenho mais negativa. Em contrapartida, os do Espírito Santo, Acre, São Paulo e Rio de Janeiro tiveram as mais positivas, essa informação demonstra o esforço realizado pelos municípios no sentido de melhorar seus resultados com relação ao atendimento dos limites impostos pela LRF;
- Observando os componentes do subíndice de gestão verifica-se uma evolução negativa generalizada, destacando como maiores evoluções médias negativas as dos municípios dos estados da Bahia, Goiás, Paraná e Rio Grande do Norte, o único estado com evolução média positiva é Roraima. Apesar de ser todos os componentes estarem com evolução média brasileira negativa, pode-se detectar que o que mais contribuiu negativamente foi a redução do grau de investimento, que foi generalizado e acentuado. Pode-se detectar também, a tendência de aumento do gasto médio com o legislativo, principalmente pelo aumento do custo *per capita*, conforme foi verificado no Quadro 6;
- No caso dos indicadores constitutivos do subíndice social, pode-se verificar que os referentes à média dos professores com nível superior causam uma distorção na soma final, tornando os resultados dos subíndices positivos, por demonstrarem uma evolução positiva acentuada causada pela imposição legal

de qualificação de pelo menos 70% dos professores da educação infantil e ensino fundamental, conforme citado anteriormente;

- No caso de desconsideração dos valores relativos à evolução média do número de professores com nível superior no cálculo, o resultado do encontrado seria bem diferente, tornando quase todas as evoluções do subíndice negativas, sendo os maiores valores médios dos municípios do Rio Grande do Norte, Amapá, Piauí e Alagoas. Das evoluções médias positivas teriam destaque para os municípios do Tocantins, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, que demonstraram um maior esforço para melhoria dos demais indicadores relativos à saúde e educação.
- Essa distorção verificada não ocorre quando da análise do subíndice social feita pela CNM porque para que se calcule o resultado de cada localidade há a comparação com os obtidos pelas demais, como esse aumento foi generalizado, apenas irão se destacar os municípios que ficaram ou muito acima ou muito abaixo da média observada.
- Cabe destacar, com relação ao indicador de gasto próprio com a saúde, que apesar de a média da evolução nacional ter sido positiva e a maioria dos estados ter acompanhado essa tendência, as médias dos municípios dos estados do Acre, Alagoas, Rondônia, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Tocantins e Amazonas, tiveram comportamento contrário, que resultou em evoluções negativas, demonstrando uma redução, média, dos gastos próprios na área da saúde com relação à receita corrente líquida;
- No caso do indicador relacionado à mortalidade infantil, pode-se observar que a média nacional foi positiva, contudo, houve três estados que não seguiram a mesma tendência que foram Roraima, Acre e Bahia, fato que deve ser acompanhado de perto pela administração local visto que esse comportamento não está de acordo com o dos demais estados e demonstra uma piora, em média, no desempenho anteriormente observado.

Feitas as observações sobre a metodologia utilizada para formação dos subíndices, as formas de tentar minimizar distorções nas variáveis constitutivas e as variações médias dos indicadores, pode-se continuar as análises pela verificação da interferência causada pelo bom desempenho em cada subíndice em relação à classificação nos demais.

Lembra-se que os municípios não estão identificados nominalmente e sim codificados por números, conforme a disponibilização dos dados pela CNM, o que não acarretará prejuízo para os propósitos deste estudo, visto que o que se pretende é demonstrar de uma forma geral a utilidade do emprego das informações obtidas por meio dos índices de responsabilidade social para a administração pública.

Para que a análise não fique muito extensa, será verificado o desempenho apenas dos 30 primeiros colocados em cada subíndice e sua relação com o desempenho dos demais nos anos de 2002 e 2006, o que será suficiente para demonstrar a tendência de influência quando há uma priorização de determinada dimensão (social, fiscal ou de gestão) conforme Quadro 8.

Quadro 8 – Desempenho com relação ao subíndice social em 2002 e 2006

Município	UF	Subíndice Social 2002 Classificação	Subíndice Fiscal 2002 Classificação	Subíndice Gestão 2002 Classificação
MUNICÍPIO 3271	SP	1	3.763	4.722
MUNICÍPIO 2058	BA	2	985	4.364
MUNICÍPIO 5519	GO	3	5.156	5.131
MUNICÍPIO 5561	GO	4	1.245	4.993
MUNICÍPIO 381	TO	5	2.531	5.048
MUNICÍPIO 3487	SP	6	1.633	3.749
MUNICÍPIO 3389	SP	7	4.021	2.594
MUNICÍPIO 5509	GO	8	4.703	5.041
MUNICÍPIO 1207	RN	9	2.703	1.084
MUNICÍPIO 5166	MS	10	4.893	3.746
MUNICÍPIO 4641	RS	11	489	3.992
MUNICÍPIO 3353	SP	12	976	3.423
MUNICÍPIO 1240	RN	13	2.016	1.402
MUNICÍPIO 5310	MT	14	791	4.487
MUNICÍPIO 61	AC	15	3.719	707
MUNICÍPIO 5461	GO	16	1.097	4.500
MUNICÍPIO 3405	SP	17	3.753	626
MUNICÍPIO 3887	SP	18	4.482	2.253
MUNICÍPIO 4491	SC	19	4.175	4.089
MUNICÍPIO 5379	GO	20	3.963	1.928
MUNICÍPIO 4460	SC	21	221	2.889
MUNICÍPIO 5022	RS	22	4.479	838
MUNICÍPIO 3644	SP	23	2.538	344
MUNICÍPIO 3171	ES	24	5.091	3.008
MUNICÍPIO 1105	RN	25	3.263	1.712
MUNICÍPIO 56	AC	26	4.903	671
MUNICÍPIO 3621	SP	27	5.155	5.117
MUNICÍPIO 5270	MT	28	358	3.177

continua....

continuação

Município	UF	Subíndice Social 2002 Classificação	Subíndice Fiscal 2002 Classificação	Subíndice Gestão 2002 Classificação
MUNICIPIO 3346	SP	29	745	4.689
MUNICIPIO 2703	MG	30	4.794	2.110
Município	UF	Subíndice Social 2006 Classificação	Subíndice Fiscal 2006 Classificação	Subíndice Gestão 2006 Classificação
MUNICIPIO 5561	GO	1	1.277	4.798
MUNICIPIO 3380	SP	2	862	2.542
MUNICIPIO 3652	SP	3	100	163
MUNICIPIO 5099	MS	4	334	3.718
MUNICIPIO 3321	SP	5	2.579	1.914
MUNICIPIO 4206	PR	6	1.981	3.000
MUNICIPIO 3480	SP	7	4.617	2.129
MUNICIPIO 4003	PR	8	1.388	2.847
MUNICIPIO 3549	SP	9	1.536	1.657
MUNICIPIO 4491	SC	10	4.401	3.496
MUNICIPIO 2787	MG	11	3.221	2.297
MUNICIPIO 3287	SP	12	928	2.190
MUNICIPIO 5534	GO	13	1.810	4.699
MUNICIPIO 4096	PR	14	2.520	3.990
MUNICIPIO 4380	SC	15	2.018	1.559
MUNICIPIO 3769	SP	16	559	601
MUNICIPIO 3578	SP	17	2.577	3.804
MUNICIPIO 3275	SP	18	2.417	2.055
MUNICIPIO 3554	SP	19	2.841	4.118
MUNICIPIO 3435	SP	20	3.519	3.702
MUNICIPIO 3891	SP	21	456	2.988
MUNICIPIO 3407	SP	22	2.242	1.308
MUNICIPIO 4154	PR	23	430	3.887
MUNICIPIO 3996	PR	24	3.634	2.258
MUNICIPIO 5345	GO	25	3.284	4.443
MUNICIPIO 3949	PR	26	930	720
MUNICIPIO 3487	SP	27	1.283	2.906
MUNICIPIO 3034	MG	28	2.333	3.468
MUNICIPIO 3858	SP	29	32	4.038
MUNICIPIO 4462	SC	30	2.657	4.579

O Quadro 8 apresenta os 30 municípios melhores colocados no subíndice social em 2002 e 2006 e suas respectivas classificações nos demais subíndices, pode-se fazer as seguintes observações:

- O município primeiro colocado em 2002 é do estado de São Paulo, que conta com mais oito municípios dentre os trinta melhores classificados, um motivo para explicar essa grande participação pode ser a preocupação demonstrada

pelo governo do estado com a responsabilidade social, com a implementação do IPRS desde o ano de 2000;

- A primeira colocação em 2006 é de um município do estado de Goiás, contudo, São Paulo continua com a maior participação com quinze municípios dentre os trinta melhores colocados;
- No ano de 2002, aproximadamente 76% dos municípios elencados classificaram-se no subíndice fiscal a partir da milésima colocação, em 2006 essa situação melhorou um pouco com a redução desse valor para 70%;
- Com relação ao subíndice de gestão a situação foi inversa, em 2002 cerca de 80% dos municípios considerados ficaram classificados a partir da milésima colocação, em 2006 a situação piorou, aumentando para cerca de 90%;
- Verifica-se que, no período considerado, não houve uma mudança significativa na tendência demonstrada de que o município que detenha um bom desempenho na área social, na metodologia adotada pela CNM, acabe por não conseguir o mesmo desempenho nas demais dimensões (fiscal e gestão), pode-se considerar que não há um relacionamento estreito entre esses subíndices.

Quadro 9 – Desempenho com relação ao subíndice fiscal em 2002 e 2006

Município	UF	Subíndice Fiscal 2002 Classificação	Subíndice Social 2002 Classificação	Subíndice Gestão 2002 Classificação
MUNICIPIO 2706	MG	1	5.141	5.155
MUNICIPIO 3238	RJ	2	3.192	100
MUNICIPIO 4831	RS	3	2.777	3.198
MUNICIPIO 870	PI	4	5.027	8
MUNICIPIO 144	RR	5	5.057	42
MUNICIPIO 4065	PR	6	1.593	4.280
MUNICIPIO 3216	RJ	7	5.149	1.822
MUNICIPIO 1635	PE	8	5.064	11
MUNICIPIO 3000	MG	9	479	2.678
MUNICIPIO 5548	GO	10	3.211	382
MUNICIPIO 730	PI	11	5.114	27
MUNICIPIO 760	PI	12	4.812	2.861
MUNICIPIO 4901	RS	13	1.196	1.713
MUNICIPIO 4495	SC	14	1.636	179
MUNICIPIO 834	PI	15	4.003	2.874
MUNICIPIO 2400	MG	16	707	4.713
MUNICIPIO 668	PI	17	4.954	3.164
MUNICIPIO 845	PI	18	2.675	3.058
MUNICIPIO 690	PI	19	2.157	5.145

continua....

continuação

Município	UF	Subíndice Fiscal 2002 Classificação	Subíndice Social 2002 Classificação	Subíndice Gestão 2002 Classificação
MUNICÍPIO 706	PI	20	5.139	4.466
MUNICÍPIO 2361	MG	21	5.135	40
MUNICÍPIO 1396	PB	22	2.053	478
MUNICÍPIO 1847	BA	23	2.798	177
MUNICÍPIO 2578	MG	24	4.621	590
MUNICÍPIO 483	MA	25	5.136	483
MUNICÍPIO 3209	RJ	26	1.324	2.402
MUNICÍPIO 3457	SP	27	2.083	389
MUNICÍPIO 2241	BA	28	4.911	168
MUNICÍPIO 829	PI	29	3.760	1.448
MUNICÍPIO 1723	AL	30	5.072	251
Município	UF	Subíndice Fiscal 2006 Classificação	Subíndice Social 2006 Classificação	Subíndice Gestão 2006 Classificação
MUNICÍPIO 144	RR	1	4.913	4.484
MUNICÍPIO 1680	AL	2	3.892	2.684
MUNICÍPIO 3000	MG	3	439	2.701
MUNICÍPIO 3457	SP	4	2.957	148
MUNICÍPIO 3225	RJ	5	2.507	615
MUNICÍPIO 4708	RS	6	438	1.885
MUNICÍPIO 2846	MG	7	1.389	111
MUNICÍPIO 1763	SE	8	3.682	185
MUNICÍPIO 138	RR	9	4.934	3.948
MUNICÍPIO 3824	SP	10	1.346	1.163
MUNICÍPIO 4866	RS	11	2.152	211
MUNICÍPIO 4996	RS	12	2.075	1.754
MUNICÍPIO 82	AM	13	4.937	4
MUNICÍPIO 4736	RS	14	2.002	469
MUNICÍPIO 4976	RS	15	2.896	996
MUNICÍPIO 4874	RS	16	3.918	1.097
MUNICÍPIO 1215	RN	17	4.917	2.965
MUNICÍPIO 4895	RS	18	1.225	3.470
MUNICÍPIO 4968	RS	19	2.933	155
MUNICÍPIO 2749	MG	20	1.913	2.896
MUNICÍPIO 1385	PB	21	4.753	2.894
MUNICÍPIO 4644	RS	22	147	970
MUNICÍPIO 3502	SP	23	1.529	1.394
MUNICÍPIO 3832	SP	24	868	1.774
MUNICÍPIO 4803	RS	25	3.620	1.764
MUNICÍPIO 3779	SP	26	1.150	867
MUNICÍPIO 4482	SC	27	191	2.186
MUNICÍPIO 5023	RS	28	832	3.375
MUNICÍPIO 3909	SP	29	1.094	3.534
MUNICÍPIO 4783	RS	30	737	3.185

Lembrando que o subíndice fiscal é calculado considerando os mesmos critérios utilizados para atendimento dos limites impostos pela LRF, as seguintes observações podem ser feitas com relação ao Quadro 9:

- No ano de 2002 o município melhor colocado no subíndice fiscal foi do estado de Minas Gerais que contou com mais quatro de seus municípios dentre os listados, contudo, o estado de maior participação foi o Piauí com nove representantes, em 2006 o cenário fica bastante diferente, a maior participação passa a ser de municípios do estado do Rio Grande do Sul, com doze representantes, seguido por São Paulo, com seis;
- Quando se verifica a relação existente entre as classificações nos subíndices fiscal e social, observa-se que no ano de 2002 cerca de 90% dos municípios listados está classificado a partir da milésima posição na área social, em 2006, essa situação melhora bastante com a redução desse percentual para 76%, sendo, no entanto, ainda um valor preocupante, pois denota que o bom atendimento dos limites fiscais impostos pela LRF, acaba por causar um prejuízo à satisfação de demandas sociais, que aqui estão representadas por indicadores na área de educação e saúde;
- A relação observada entre o subíndice fiscal e o de gestão é mais direta, sendo que em 2002 cerca de 50% dos municípios analisados estão abaixo da milésima posição. A situação piora um pouco em 2006, pois o percentual baixa para 36%, provavelmente devido ao aumento dos gastos com a máquina administrativa, conforme observado no Quadro 6, da página 29.

Quadro 10 – Desempenho com relação ao subíndice de gestão em 2002 e 2006

Município	UF	Subíndice Gestão 2002 Classificação	Subíndice Fiscal 2002 Classificação	Subíndice Social 2002 Classificação
MUNICÍPIO 272	PA	1	701	1.674
MUNICÍPIO 442	TO	2	2.121	981
MUNICÍPIO 207	PA	3	3.251	5.094
MUNICÍPIO 793	PI	4	1.308	2.480
MUNICÍPIO 3052	MG	5	2.495	2.063
MUNICÍPIO 5026	RS	6	118	2.020
MUNICÍPIO 734	PI	7	691	278
MUNICÍPIO 870	PI	8	4	5.027
MUNICÍPIO 1215	RN	9	97	3.203
MUNICÍPIO 98	AM	10	2.523	5.051
MUNICÍPIO 1635	PE	11	8	5.064
MUNICÍPIO 3199	RJ	12	2.005	1.462
MUNICÍPIO 5131	MS	13	3.376	5.138
MUNICÍPIO 2908	MG	14	562	2.780
MUNICÍPIO 487	MA	15	4.102	3.123
MUNICÍPIO 4474	SC	16	4.081	1.810
MUNICÍPIO 282	PA	17	1.501	4.508
MUNICÍPIO 58	AC	18	4.393	4.830
MUNICÍPIO 4230	PR	19	4.472	740
MUNICÍPIO 4214	PR	20	3.279	1.803
MUNICÍPIO 489	MA	21	935	3.952
MUNICÍPIO 125	AM	22	1.188	5.101
MUNICÍPIO 4630	RS	23	907	1.946
MUNICÍPIO 85	AM	24	607	4.231
MUNICÍPIO 2945	MG	25	2.059	2.486
MUNICÍPIO 3472	SP	26	1.708	1.627
MUNICÍPIO 730	PI	27	11	5.114
MUNICÍPIO 609	MA	28	1.536	4.765
MUNICÍPIO 2138	BA	29	345	5.095
MUNICÍPIO 550	MA	30	4.701	4.374
Município	UF	Subíndice Gestão 2006 Classificação	Subíndice Fiscal 2006 Classificação	Subíndice Social 2006 Classificação
MUNICÍPIO 865	PI	1	693	4.588
MUNICÍPIO 477	MA	2	1.270	3.498
MUNICÍPIO 2579	MG	3	824	3.236
MUNICÍPIO 82	AM	4	13	4.937
MUNICÍPIO 209	PA	5	3.680	3.889
MUNICÍPIO 1765	SE	6	4.778	4.213
MUNICÍPIO 3426	SP	7	2.039	1.015
MUNICÍPIO 2262	MG	8	2.610	1.179
MUNICÍPIO 2458	MG	9	3.164	1.327

continua....

continuação

Município	UF	Subíndice Gestão 2006 Classificação	Subíndice Fiscal 2006 Classificação	Subíndice Social 2006 Classificação
MUNICIPIO 274	PA	10	3.045	1.166
MUNICIPIO 2440	MG	11	1.414	1.378
MUNICIPIO 4543	SC	12	1.105	1.620
MUNICIPIO 5027	RS	13	853	2.080
MUNICIPIO 3645	SP	14	3.234	1.587
MUNICIPIO 4108	PR	15	3.594	4.038
MUNICIPIO 3680	SP	16	1.062	2.486
MUNICIPIO 2401	MG	17	2.440	759
MUNICIPIO 95	AM	18	2.393	3.740
MUNICIPIO 3658	SP	19	4.413	632
MUNICIPIO 3211	RJ	20	4.569	2.555
MUNICIPIO 3602	SP	21	2.519	252
MUNICIPIO 2739	MG	22	2.309	1.301
MUNICIPIO 3051	MG	23	1.421	61
MUNICIPIO 2943	MG	24	1.757	2.304
MUNICIPIO 3692	SP	25	214	618
MUNICIPIO 3895	SP	26	70	342
MUNICIPIO 3618	SP	27	555	645
MUNICIPIO 1799	SE	28	1.336	3.877
MUNICIPIO 141	RR	29	3.686	4.932
MUNICIPIO 621	MA	30	755	4.873

O subíndice de gestão é composto por indicadores relativos aos gastos com o legislativo, com a máquina administrativa e com o grau de investimento, feita essa recordação pode-se fazer algumas observações sobre o Quadro 10:

- Observando por estado, verifica-se em 2002 que há representantes de mais da metade, sendo que os que possuem maior representação são o Maranhão e o Piauí, ambos com quatro municípios. Já em 2006 a maior representação passa a ser de São Paulo e Minas Gerais, ambos em oito municípios elencados. É interessante observar que os dois estados citados possuem índices de responsabilidade para auxiliar no acompanhamento da gestão, o que pode explicar o bom desempenho observado;
- A relação entre a classificação observada no subíndice fiscal de 2002 demonstra que 60% dos municípios listados encontram-se a partir da milésima colocação no referido subíndice, em 2006 a situação sofre uma piora com o aumento desse percentual para 73%, o que ratifica o distanciamento observado na análise do Quadro 9;

- Ao analisar as classificações relativas ao subíndice social no ano de 2002, observa-se que 90% dos municípios elencados encontram-se após a milésima posição, essa situação melhora em 2006, pois esse percentual diminui para 77%, o que demonstra uma melhora no desempenho dos municípios com relação à responsabilidade social que será demonstrado no decorrer do estudo.

Nos Quadros 11 a 18 serão observadas as evoluções médias do subíndice fiscal, do social, do de gestão e do índice geral que é o Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão (IRFS) calculadas por estado, e pela média brasileira considerando em cada ano de referência os municípios que apresentaram os seus Balanços Anuais à STN, verificando também sua evolução.

A primeira média a ser verificada é a do subíndice fiscal, que utiliza na sua formação os mesmos critérios com relação ao gasto com pessoal, endividamento, suficiência de caixa e superávit primário exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

No Quadro 11, pode ser verificada a queda da média fiscal em quase todos os estados do Brasil, isso não deve ser tratado como um comportamento negativo, não quer dizer que eles não estejam cumprindo os limites estabelecidos, mas simplesmente estão reduzindo, em sua maioria, a economia de recursos.

Quadro 11 – Média do Subíndice Fiscal por Estado

Estados	Média Fiscal	Média Fiscal	Média Fiscal	Média Fiscal	Média Fiscal	Média Período	Evolução Período
	2002	2003	2004	2005	2006		
AC	0,482	0,477	0,505	0,494	0,503	0,492	4%
AL	0,503	0,475	0,497	0,501	0,495	0,494	-2%
AM	0,519	0,486	0,500	0,515	0,498	0,504	-4%
AP	0,513	0,488	0,496	0,508	0,500	0,501	-2%
BA	0,500	0,469	0,507	0,504	0,476	0,491	-5%
CE	0,496	0,469	0,511	0,495	0,484	0,491	-3%
ES	0,453	0,475	0,514	0,526	0,509	0,495	12%
GO	0,484	0,478	0,509	0,500	0,495	0,493	2%
MA	0,502	0,485	0,510	0,506	0,485	0,498	-3%
MG	0,484	0,471	0,493	0,509	0,487	0,489	1%
MS	0,509	0,479	0,506	0,513	0,506	0,503	-1%
MT	0,511	0,480	0,509	0,511	0,508	0,504	-1%
PA	0,499	0,486	0,508	0,495	0,476	0,493	-5%
PB	0,500	0,473	0,495	0,488	0,471	0,485	-6%
PE	0,476	0,463	0,483	0,486	0,461	0,474	-3%
PI	0,541	0,476	0,510	0,510	0,490	0,505	-9%
PR	0,503	0,476	0,506	0,527	0,499	0,502	-1%
RJ	0,499	0,475	0,504	0,523	0,515	0,503	3%
RN	0,504	0,471	0,502	0,490	0,479	0,489	-5%
RO	0,487	0,484	0,494	0,501	0,487	0,490	0%
RR	0,521	0,506	0,535	0,512	0,503	0,515	-3%
RS	0,535	0,502	0,538	0,565	0,547	0,537	2%
SC	0,515	0,486	0,502	0,527	0,508	0,508	-1%
SE	0,483	0,480	0,472	0,483	0,475	0,479	-2%
SP	0,493	0,477	0,489	0,515	0,509	0,496	3%
TO	0,495	0,480	0,515	0,515	0,493	0,500	0%
Nacional	0,500	0,479	0,504	0,508	0,495	0,497	-1%

É importante destacar que os limites impostos pela LRF têm como objetivo principal a economia de recursos para pagamento do juro e principal da dívida pública (BEHNKEN; RICCI, 2007), no entanto, pode-se observar no Quadro 6, o endividamento dos estados, em média, reduziu 28% no período de 2002 a 2006, o que demonstra que, em geral, não há necessidade de aumento da economia de recursos por parte dos municípios para pagamento de suas dívidas.

A análise do mesmo subíndice, agora por região geográfica, poderá verificar a participação dos Estados respectivos, considerando suas classificações, em cada tercil avaliado conforme demonstrado no Quadro 12.

Quadro 12 – Participação dos Estados por Região Geográfica – Subíndice Fiscal

Região	Classificação	2002	2003	2004	2005	2006
C. Oeste	1º ao 9º	67%	0%	67%	33%	67%
	10º ao 18º	0%	100%	33%	33%	33%
	19º ao 26º	33%	0%	0%	33%	0%
Norte	1º ao 9º	43%	86%	29%	29%	29%
	10º ao 18º	29%	14%	43%	43%	57%
	19º ao 26º	29%	0%	29%	29%	14%
Nordeste	1º ao 9º	22%	11%	33%	0%	0%
	10º ao 18º	56%	22%	22%	44%	22%
	19º ao 26º	22%	67%	44%	56%	78%
Sudeste	1º ao 9º	0%	0%	25%	75%	75%
	10º ao 18º	25%	50%	25%	25%	25%
	19º ao 26º	75%	50%	50%	0%	0%
Sul	1º ao 9º	67%	67%	33%	100%	67%
	10º ao 18º	33%	33%	67%	0%	33%
	19º ao 26º	0%	0%	0%	0%	0%

Examinando os resultados obtidos no Quadro 11, pela participação dos estados por região geográfica pode-se fazer algumas observações:

- Os três estados que compõem a região centro-oeste, neste período analisado, na maior parte dos anos estiveram bem classificados no subíndice fiscal, permanecendo, em sua maioria, até o 9º lugar;
- Pode-se observar que os sete estados que compõem a região norte, ficaram distribuídos em cada tercil, tendo, mais recentemente, se concentrado no segundo;
- A região nordeste é a que possui maior número de estados, mas o desempenho verificado no subíndice fiscal vem decaindo de forma geral, sendo que, em 2006, a maior parte de seus estados ficou nas últimas classificações (78%);
- Com os quatro estados que compõem a região sudeste, ocorreu justamente o movimento inverso, com o passar dos anos a sua concentração passou das últimas classificações para as primeiras, demonstrando uma maior preocupação com os limites impostos pela LRF;
- Não se observa grande alteração no comportamento dos três estados componentes da região sul, que possuem os desempenhos mais homogêneos, estando sempre dentro dos dois primeiros tercis, com concentração no primeiro, denotando grande preocupação com a observância dos limites

impostos pela LRF, uma hipótese que pode explicar esse comportamento é uma atuação mais efetiva de seus Tribunais de Contas.

A segunda média, por estado, que se pode observar é a do subíndice de gestão, que utiliza na sua composição o custo da máquina administrativa, a média entre o custo do legislativo *per capita* e em relação à receita corrente líquida e o grau de investimento, todos calculados de acordo com os critérios já citados.

A análise da média nacional do índice de gestão por estado demonstrada no Quadro 13 deve ser feita em conjunto com as informações obtidas nos Quadro 6 e Quadro 7 que demonstram a evolução média nacional dos indicadores componentes de cada subíndice e a evolução média dos municípios de cada estado. Nessa análise conjunta, pode-se observar que apesar de haver um aumento médio geral do indicador de gasto *per capita* com o legislativo (47%), que impactou negativamente no resultado do subíndice de gestão, o grau de investimento médio sofreu uma redução ainda maior (57%), o que explica a tendência de declínio médio nacional do subíndice de gestão.

O aumento do Custo da Máquina também contribuiu para o declínio médio do subíndice, contudo, as causas principais foram as citadas no parágrafo anterior, o que é preocupante, uma vez que já se observou uma redução do endividamento dos municípios, pode-se verificar que os recursos foram canalizados não para investimentos em projetos novos e na manutenção dos já existentes, e sim, de uma maneira geral, para os gastos com o legislativo e com o custeio da máquina administrativa.

Quadro 13 – Média do Subíndice de Gestão por Estado

Estados	Média Gestão	Média Gestão	Média Gestão	Média Gestão	Média Gestão	Média Período	Evolução Período
	2002	2003	2004	2005	2006		
AC	0,591	0,509	0,516	0,524	0,543	0,537	-8%
AL	0,556	0,470	0,482	0,445	0,450	0,481	-19%
AM	0,605	0,523	0,527	0,536	0,544	0,547	-10%
AP	0,504	0,432	0,413	0,443	0,472	0,453	-6%
BA	0,543	0,450	0,456	0,424	0,412	0,457	-24%
CE	0,532	0,453	0,467	0,441	0,477	0,474	-10%
ES	0,511	0,452	0,479	0,497	0,502	0,488	-2%
GO	0,496	0,401	0,403	0,380	0,388	0,414	-22%
MA	0,553	0,450	0,453	0,439	0,461	0,471	-17%
MG	0,536	0,464	0,472	0,463	0,490	0,485	-9%
MS	0,520	0,428	0,434	0,435	0,455	0,454	-13%
MT	0,528	0,476	0,479	0,450	0,456	0,478	-14%
PA	0,561	0,491	0,500	0,472	0,483	0,502	-14%
PB	0,530	0,435	0,433	0,435	0,442	0,455	-17%
PE	0,535	0,437	0,468	0,440	0,446	0,465	-17%
PI	0,549	0,465	0,446	0,457	0,447	0,473	-19%
PR	0,558	0,476	0,487	0,430	0,442	0,479	-21%
RJ	0,529	0,443	0,461	0,437	0,435	0,461	-18%
RN	0,546	0,437	0,452	0,417	0,434	0,457	-20%
RO	0,598	0,519	0,513	0,483	0,501	0,523	-16%
RR	0,474	0,473	0,466	0,461	0,490	0,473	3%
RS	0,545	0,483	0,483	0,477	0,484	0,495	-11%
SC	0,565	0,497	0,505	0,492	0,497	0,511	-12%
SE	0,484	0,398	0,408	0,407	0,421	0,424	-13%
SP	0,548	0,471	0,476	0,480	0,498	0,494	-9%
TO	0,553	0,420	0,460	0,434	0,445	0,462	-20%
Nacional	0,540	0,460	0,467	0,454	0,466	0,477	-14%

Com a análise do desempenho estadual no subíndice por região geográfica, tem-se a participação demonstrada no Quadro 14.

Quadro 14 – Participação dos Estados por Região Geográfica – Subíndice de Gestão

Região	Classificação	2002	2003	2004	2005	2006
C. OESTE	1º ao 9º	0%	33%	0%	0%	0%
	10º ao 18º	0%	0%	33%	33%	33%
	19º ao 26º	100%	67%	67%	67%	67%
NORTE	1º ao 9º	71%	71%	57%	57%	57%
	10º ao 18º	0%	0%	29%	29%	29%
	19º ao 26º	29%	29%	14%	14%	14%
NORDESTE	1º ao 9º	22%	0%	11%	0%	0%
	10º ao 18º	67%	56%	33%	56%	56%
	19º ao 26º	11%	44%	56%	44%	44%
SUDESTE	1º ao 9º	0%	0%	25%	75%	75%
	10º ao 18º	50%	100%	75%	25%	25%
	19º ao 26º	50%	0%	0%	0%	0%
SUL	1º ao 9º	67%	100%	100%	67%	67%
	10º ao 18º	33%	0%	0%	0%	0%
	19º ao 26º	0%	0%	0%	33%	33%

Verificando os resultados obtidos no quadro, pode-se observar algumas tendências de classificação e participação em cada tercil, utilizando os resultados obtidos nos Quadro 6 e Quadro 7 como parâmetro para verificação do desempenho médio:

- Os três estados da região centro-oeste acomodaram-se no segundo e terceiro tercis, podendo ser observada apenas uma participação no primeiro tercil em 2003, o que demonstra que está havendo uma constância nas formas de tratar tanto os gastos como os investimentos nesta região;
- Já a região norte tem reduzido a sua participação no primeiro e no terceiro tercis nos últimos anos e participado também do segundo, considerando que, no geral, os estados tiveram uma redução nesse subíndice, em média, devido à redução de investimentos, pode-se considerar que esta região não está seguindo a mesma tendência;
- Os estados da região nordeste, igualmente aos da região centro-oeste, tem se concentrado no segundo e terceiro tercis, reduzindo o valor de seu subíndice de gestão, esse fato deve-se a uma redução de investimentos e aumento dos gastos públicos com o legislativo e com a máquina, estando, esses estados com a mesma tendência;
- Na região sudeste, pode-se verificar uma migração dos estados para o primeiro tercil, o que vai contra a tendência observada, em média, para as outras regiões, esse comportamento, contudo, apenas demonstra que, apesar de também seguir a

tendência de evolução negativa do subíndice, essa redução média foi menor que a de vários outros estados;

- A região sul, que estava com a tendência de concentração de seus estados no primeiro tercil, agora, seguindo a tendência da média nacional, está participando do terceiro tercil, demonstrando a redução do valor de seu subíndice.

O subíndice social é o que tem maior relevância para esse estudo, sendo a sua relação com os demais de extrema importância para o entendimento da relação existente entre a responsabilidade social, a fiscal e a de gestão de forma geral no nosso país.

No Quadro 15 houve o agrupamento por estado dos municípios da amostra, o levantamento da média estadual do subíndice social por ano, no período de 2002 a 2006, a média de cada estado no período e a evolução detectada, considerando o ano inicial e o final analisados.

A composição do subíndice social considera os resultados do índice social de educação e de saúde. No primeiro resultado será verificado o gasto próprio do município com a educação, o número de matrículas da rede pública e o número de professores com nível superior, itens que possuem resultados diretamente proporcionais ao desempenho desejável, ou seja, quanto maior for o resultado, melhor. Contudo, adicionalmente aos demais valores, também se calcula o índice de abandono escolar que é inversamente proporcional. Em consulta ao Quadro 7 verifica-se que este último fator obteve uma evolução média nacional pequena, mas positiva, ou seja, houve uma redução da taxa de abandono escolar, o que tem um reflexo positivo no resultado final.

O segundo resultado é obtido do levantamento dos gastos próprios do município nas áreas de saúde e saneamento, a cobertura vacinal e o número de consultas na rede pública, todos diretamente proporcionais ao valor desejável do subíndice. Considera-se, também, o índice de mortalidade infantil, que é inversamente proporcional ao resultado almejado. No entanto, em consulta ao Quadro 6, verifica-se que, na média nacional, esse fator reduziu em 14%, o que é positivo para o resultado. Esse resultado também pode ser observado no Quadro 7, onde se pode detectar que a tendência foi acentuada de evolução média positiva nesse indicador, com exceção dos três estados já citados anteriormente.

Feitas as observações pertinentes à análise, pode-se elencar os valores médios encontrados e sua evolução por estado no Quadro 15.

Quadro 15 – Média do Subíndice Social por Estado

Estados	Média Social	Média Social	Média Social	Média Social	Média Social	Média Período	Evolução Período
	2002	2003	2004	2005	2006		
AC	0,507	0,452	0,454	0,452	0,433	0,460	-15%
AL	0,462	0,443	0,444	0,432	0,461	0,448	0%
AM	0,406	0,400	0,402	0,426	0,462	0,419	14%
AP	0,434	0,415	0,428	0,430	0,422	0,426	-3%
BA	0,456	0,443	0,444	0,432	0,458	0,446	0%
CE	0,494	0,488	0,462	0,487	0,543	0,495	10%
ES	0,502	0,495	0,500	0,515	0,557	0,514	11%
GO	0,502	0,490	0,495	0,508	0,556	0,510	11%
MA	0,462	0,452	0,443	0,452	0,502	0,462	9%
MG	0,485	0,476	0,430	0,475	0,553	0,484	14%
MS	0,432	0,486	0,495	0,497	0,561	0,494	30%
MT	0,482	0,478	0,468	0,492	0,529	0,490	10%
PA	0,459	0,453	0,445	0,434	0,502	0,459	9%
PB	0,469	0,461	0,465	0,463	0,503	0,472	7%
PE	0,462	0,466	0,458	0,453	0,481	0,464	4%
PI	0,484	0,470	0,473	0,457	0,506	0,478	5%
PR	0,516	0,521	0,529	0,529	0,592	0,537	15%
RJ	0,491	0,496	0,446	0,508	0,531	0,494	8%
RN	0,486	0,489	0,478	0,460	0,499	0,482	3%
RO	0,472	0,441	0,455	0,441	0,494	0,461	5%
RR	0,393	0,383	0,385	0,361	0,389	0,382	-1%
RS	0,489	0,499	0,507	0,507	0,559	0,512	14%
SC	0,511	0,523	0,532	0,532	0,594	0,538	16%
SE	0,440	0,464	0,460	0,470	0,506	0,468	15%
SP	0,536	0,541	0,550	0,544	0,607	0,555	13%
TO	0,456	0,444	0,446	0,465	0,522	0,466	15%
Nacional	0,473	0,468	0,465	0,470	0,512	0,478	8%

Dos valores demonstrados, algumas observações podem ser feitas:

- Destaca-se a evolução verificada no estado de Mato Grosso do Sul, que foi a maior dentre as médias listadas (30%), é importante lembrar que esse estado introduziu na sua administração o IRS-MS e possui os dados relativos ao acompanhamento da evolução do Índice de Responsabilidade dos anos de 2003 e 2005, o que pode explicar esse bom desempenho no subíndice social;
- Apenas três estados tiveram a evolução negativa, no entanto, o Acre destaca-se por ter a evolução mais negativa (-15%);

- Neste subíndice pode-se observar a melhor evolução média nacional (8%), os demais (gestão e fiscal) tiveram evoluções médias negativas, o que pode estar demonstrando a maior atenção que vem sendo dada aos indicadores componentes que são os relacionados à educação e à saúde.

Verificando o desempenho estadual no subíndice social por região geográfica, tem-se a classificação conforme o Quadro 16.

Quadro 16 – Participação dos Estados por Região Geográfica – Subíndice de Social

Região	Classificação.	2002	2003	2004	2005	2006
C. OESTE	1º ao 9º	33%	33%	67%	100%	67%
	10º ao 18º	33%	67%	33%	0%	33%
	19º ao 26º	33%	0%	0%	0%	0%
NORTE	1º ao 9º	14%	0%	0%	0%	0%
	10º ao 18º	14%	29%	43%	29%	29%
	19º ao 26º	71%	71%	57%	71%	71%
NORDESTE	1º ao 9º	11%	22%	22%	0%	11%
	10º ao 18º	67%	44%	44%	67%	56%
	19º ao 26º	22%	33%	33%	33%	33%
SUDESTE	1º ao 9º	75%	75%	50%	75%	75%
	10º ao 18º	25%	25%	25%	25%	25%
	19º ao 26º	0%	0%	25%	0%	0%
SUL	1º ao 9º	100%	100%	100%	100%	100%
	10º ao 18º	0%	0%	0%	0%	0%
	19º ao 26º	0%	0%	0%	0%	0%

Diferentemente dos demais subíndices, verifica-se, conforme Quadro 16, que não houve uma grande alteração da participação dos estados por região geográfica em cada tercil observado:

- Os estados da região centro-oeste vêm melhorando seu desempenho e permanecendo entre o primeiro e segundo tercis, com exceção do exercício de 2005 em que todos ficaram no primeiro tercil, demonstra o esforço realizado pelas administrações locais para melhoria nos resultados da educação e saúde;
- Já os estados da região norte mantiveram a tendência de concentração no segundo e terceiro tercis, sendo que cinco dos seus sete estados estão nas sete últimas classificações em quase todos os anos observados;
- A região nordeste fica com seus estados distribuídos entre os três tercis, com concentração no segundo, ou seja, a maioria dos estados está na média do desempenho em comparação com os demais estados;

- Os quatro estados da região sudeste praticamente permanecem com a mesma distribuição durante todo o período observado, havendo uma constância no desempenho;
- A região sul com os seus três estados constitutivos estão sempre nas primeiras classificações desse subíndice, com evoluções médias positivas e acima da média nacional, refletindo a boa atuação da administração sobre os indicadores componentes.

Após o cálculo da média de cada subíndice pode-se verificar agora o índice geral que é o IRFS que no desdobramento efetuado neste estudo é médio, conforme Quadro 17.

Quadro 17 – Média do Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão por Estado

Estados	Média IRFS	Média IRFS	Média IRFS	Média IRFS	Média IRFS	Média Período	Evolução Período
	2002	2003	2004	2005	2006		
AC	0,527	0,479	0,492	0,490	0,493	0,496	-6%
AL	0,507	0,463	0,474	0,459	0,469	0,474	-8%
AM	0,510	0,470	0,476	0,492	0,501	0,490	-2%
AP	0,484	0,445	0,446	0,460	0,465	0,460	-4%
BA	0,500	0,454	0,469	0,454	0,449	0,465	-10%
CE	0,507	0,470	0,480	0,474	0,501	0,487	-1%
ES	0,489	0,474	0,498	0,512	0,523	0,499	7%
GO	0,494	0,456	0,469	0,463	0,480	0,472	-3%
MA	0,505	0,462	0,469	0,466	0,483	0,477	-4%
MG	0,502	0,471	0,465	0,482	0,510	0,486	2%
MS	0,487	0,464	0,478	0,481	0,507	0,484	4%
MT	0,507	0,478	0,485	0,484	0,498	0,490	-2%
PA	0,506	0,477	0,484	0,467	0,487	0,484	-4%
PB	0,500	0,457	0,465	0,462	0,472	0,471	-6%
PE	0,491	0,455	0,470	0,460	0,463	0,468	-6%
PI	0,524	0,470	0,476	0,474	0,481	0,485	-8%
PR	0,525	0,491	0,507	0,495	0,511	0,506	-3%
RJ	0,506	0,472	0,470	0,489	0,494	0,486	-3%
RN	0,512	0,466	0,478	0,456	0,471	0,476	-8%
RO	0,519	0,481	0,487	0,475	0,494	0,491	-5%
RR	0,463	0,454	0,462	0,445	0,461	0,457	0%
RS	0,523	0,495	0,509	0,516	0,530	0,515	1%
SC	0,530	0,502	0,513	0,517	0,533	0,519	0%
SE	0,469	0,447	0,447	0,453	0,467	0,457	0%
SP	0,525	0,496	0,505	0,513	0,538	0,515	2%
TO	0,501	0,448	0,474	0,471	0,487	0,476	-3%
Nacional	0,504	0,469	0,479	0,477	0,491	0,484	-3%

Com uma breve visualização dos dados demonstrados no quadro anterior, pode-se fazer algumas observações:

- A evolução média nacional foi pequena e negativa, considerando que, de seus subíndices constitutivos, apenas um obteve evolução positiva (social), os demais tiveram evolução negativa, o que impactou negativamente no índice geral que é uma média simples de seus elementos componentes;
- A maior evolução média positiva foi do estado do Espírito Santo (7%), seguido de Mato Grosso do Sul, São Paulo e Minas Gerais, esses três últimos possuem os seus índices de responsabilidade social, o que demonstra que o acompanhamento dos resultados pode se refletir em melhoria da gestão, gerando cada vez melhores resultados e aperfeiçoamento das metodologias utilizadas;
- O destaque da evolução média negativa ficou para o estado da Bahia (-10%), devido, em grande parte à sua evolução bastante negativa no subíndice de gestão (-24%).

Com a classificação dos estados elencados e verificação de sua participação em cada tercil por região geográfica obtém-se o Quadro 18.

Quadro 18 – Participação dos Estados por Região Geográfica – IRFS

Região	Classificação	2002	2003	2004	2005	2006
C. OESTE	1º ao 9º	0%	33%	33%	33%	33%
	10º ao 18º	33%	33%	33%	67%	67%
	19º ao 26º	67%	33%	33%	0%	0%
NORTE	1º ao 9º	43%	43%	43%	29%	14%
	10º ao 18º	29%	14%	29%	43%	57%
	19º ao 26º	29%	43%	29%	29%	29%
NORDESTE	1º ao 9º	22%	0%	0%	0%	11%
	10º ao 18º	44%	56%	56%	33%	22%
	19º ao 26º	33%	44%	44%	67%	67%
SUDESTE	1º ao 9º	25%	50%	50%	75%	75%
	10º ao 18º	50%	50%	25%	25%	25%
	19º ao 26º	25%	0%	25%	0%	0%
SUL	1º ao 9º	100%	100%	100%	100%	100%
	10º ao 18º	0%	0%	0%	0%	0%
	19º ao 26º	0%	0%	0%	0%	0%

As tendências observadas são as seguintes:

- Os estados da região centro-oeste estão melhorando o seu desempenho médio em comparação à evolução dos demais estados, a sua concentração que era no terceiro tercil passou a ser no segundo e agora há sempre um representante também no primeiro tercil;
- A região norte está com uma tendência de declínio de sua participação no primeiro tercil, havendo uma concentração no segundo e permanecendo constante sua participação no terceiro, ou seja, a maior parte de seus estados possui média compatível com a média nacional, sendo que alguns deles tiveram uma piora de seu desempenho para chegar a esse resultado;
- Na região nordeste pode-se observar que está ocorrendo uma concentração de seus estados nas últimas classificações das médias nacionais, o que denota uma necessidade de aumentar o controle sobre os indicadores utilizados visando melhorar os resultados alcançados;
- Os estados da região sudeste estão melhorando suas médias a cada ano o que está propiciando um maior agrupamento no primeiro tercil, demonstrando o esforço implementado por suas administrações para melhorar os resultados dos indicadores;
- Como reflexo dos bons resultados alcançados nos subíndices fiscal, social e de gestão, a região sul está representada pela totalidade de seus estados no primeiro tercil do IRFS.

Efetuada as análises das médias dos indicadores constitutivos dos subíndices, da classificação municipal pelo desempenho em cada subíndice e das médias estaduais e seu reflexo por região geográfica, pode-se verificar que as informações extraídas podem ser utilizadas para implementação de políticas que visem corrigir e melhorar a atuação dos estados e municípios em cada dimensão da responsabilidade social.

A utilidade das informações obtidas por meio de indicadores pode ser ampliada com a adaptação dos indicadores e do tipo de comparação efetuada à realidade de cada localidade, transformando os dados existentes em conhecimento capaz de auxiliar na tomada de decisão e auxiliar da avaliação dos atos praticados pela administração pública.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por finalidade demonstrar a importância e a utilidade do emprego de índices de responsabilidade social para a administração pública, para a sociedade e para os órgãos de controle, considerando os benefícios para a e avaliação da gestão.

Verificou-se durante as análises que os estados que já implantaram algum tipo de controle dos índices sociais têm a tendência de apresentarem um melhor desempenho do que os que não tiveram, ainda, a preocupação de acompanhar e avaliar os resultados sociais alcançados pelos programas de governo em execução.

Contudo, o fato de um estado ou entidade fazer controle dos índices de responsabilidade não significa que os resultados, sociais ou de qualquer outra área que se proponha a acompanhar, venham a melhorar, pois há sempre uma dose de subjetividade na escolha das variáveis a serem acompanhadas, no número de indicadores e detecção das informações prioritárias para os gestores. Portanto, é necessário um constante aprimoramento dos controles utilizados, para tentar evitar distorções nos resultados obtidos e que as informações sejam úteis para a administração e de fácil entendimento para o cidadão comum, que em última análise é o financiador e o cliente das ações da administração pública.

As análises podem ser efetuadas considerando apenas o município, o estado ou uma média nacional. Pode-se analisar a relação existente no desempenho de cada dimensão com relação às demais, adequar-se as informações para consulta pelas regiões geográficas, e em todos os casos, os resultados permitem abstrair indícios de comportamentos.

Aprofundando-se o estudo e abrindo o índice em seus indicadores constitutivos pôde-se obter respostas quanto ao que mais influenciou para determinado desempenho, ou seja, a partir de um cenário, conseguiu-se chegar à variável ou variáveis que determinaram uma atuação desejável ou não.

Esse tipo de exame só é possível porque há uma base de dados disponível com os valores necessários à formação dos indicadores que se quer controlar, ou seja, tudo é resultado do empenho dos gestores em buscar as melhores formas de criar bancos de informações, mensurar resultados e escolher prioridades.

É importante salientar que a escolha dos indicadores não é uma tarefa fácil. Pode ocorrer de se selecionar dentre as possibilidades disponíveis as mais confiáveis, que podem não ser as mais simples de coletar, procura-se também, escolher as que sejam mais claras e ao mesmo tempo sejam sensíveis às alterações sofridas pelo evento que se quer acompanhar.

Mesmo quando se consegue isolar os indicadores que possuem as características esperadas, eles podem não ter a abrangência pretendida.

Apesar de ainda não haver um padrão para a escolha de indicadores e cálculo da responsabilidade social pública, tem-se que considerar que as iniciativas já implantadas são imprescindíveis para que haja um aperfeiçoamento das metodologias utilizadas, para a criação de modelos a serem seguidos e, principalmente, para despertar os cidadãos e os administradores sobre a importância e benefícios de se inserir os indicadores e índices como parte do planejamento orçamentário.

A criação de uma gestão voltada para resultados seria o próximo passo a ser dado, substituindo-se o orçamento de caráter incremental pelo baseado no planejamento, realizado com base nas necessidades detectadas em cada localidade, por meio do levantamento dos índices e dos indicadores, visando melhorar os resultados e desempenhos observados.

Observou-se pelas análises dos quadros com dados do IRFS, e nas exemplificações relativas aos estados que possuem índices de responsabilidade social, os valores utilizados para cálculo são dados oficiais disponíveis em entidades governamentais, o que facilita a consulta e diminui o custo com a obtenção dos resultados, uma vez que a coleta já foi efetuada.

Não há como desprezar a importância dos indicadores de responsabilidade como auxiliares na análise do desempenho da administração pública porque eles visam preencher uma lacuna deixada pela LRF que impõe controles sobre os gastos públicos, contudo, não prevê uma verificação dos resultados alcançados com a alocação dos recursos orçamentários ou da qualidade do serviço prestado à comunidade.

Pelo exposto, conclui-se que a utilização dos índices de responsabilidade pela administração pública, é sim de muita utilidade, uma vez que traz informações bastante úteis sobre o desempenho no atendimento de áreas de responsabilidade dos gestores públicos, proporcionando maior controle dos resultados e a possibilidade de comunicação dentre os indicadores o que torna a análise mais abrangente.

A internalização, pelos gestores, da cultura de mensuração de resultados por meio de indicadores permitirá o maior controle sobre as ações e os gastos públicos, possibilitando, inclusive, o direcionamento de ações governamentais em determinadas localidades onde os indicadores sinalizem uma maior necessidade de intervenção.

Após a análise dos quadros apresentados e verificação de seus resultados, verifica-se que além dos enfoques abordados há tantos outros que podem ainda ser elaborados nas áreas da saúde, educação e dos limites impostos pela LRF, contudo, sente-se falta de estudos sobre

a área de segurança pública que possibilitem examinar a efetividade das políticas existentes, e se está ocorrendo de forma adequada, a inserção da força policial nessas políticas, de forma a permitir que os resultados alcançados pela implementação das ações governamentais sejam os esperados.

Uma dimensão que ainda pode ser pesquisada e tratada como item da responsabilidade da administração pública é a responsabilidade ambiental. Analisando-a sob a ótica do desenvolvimento sustentável, verificando se cada unidade da federação está conseguindo, além de atender as demandas básicas de sua população nas áreas da saúde, educação e segurança, o desenvolvimento da localidade e crescimento econômico com respeito ao meio-ambiente. Resultando no exame de suas ações com relação aos impactos, positivos e negativos, causados à fauna e à flora.

Observa-se que o Brasil possui muitas instituições governamentais ricas em dados sobre os mais diversos enfoques e conteúdos, pois os dados utilizados para cálculo dos indicadores e índices provêm de fontes oficiais, contudo, uma parcela pequena desses dados é trabalhada de forma adequada para resultar em informação, o que permite a sua utilização para fins de tomada de decisão e aprimoramento da gestão pública. Existem muitos dados, mas grande parte deles não se transforma em informação.

É desejável que se acrescente à análise dos componentes econômicos dos índices a localização espacial dos dados coletados, de forma a proporcionar uma visão mais completa do cenário ao analista, para que seja efetuado um diagnóstico das situações específicas que devem ser observadas separadamente das demais.

Agregaria valor aos índices atrelá-los aos programas de governo, demonstrando de forma clara o atendimento ou não dos objetivos propostos, de forma a refletir para o cidadão comum, de forma numérica ou percentual, o desempenho dos gestores públicos em cada área de atuação.

REFERÊNCIAS

- AKUTSU, L. **Palestra Definição de indicadores e fortalecimento das auditorias de resultado no âmbito dos tribunais de contas.** In: IX SEMINÁRIO NACIONAL EDUCAÇÃO: AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS GASTOS E CRIAÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO. 2007. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.tcm.sp.gov.br/legislacao/doutrina/IXSeminararioEducacao/09-08%20Luiz%20Akutsu.pdf>>. Acesso em 29 out. 2008.
- BEHNKEN, L. M.; RICCI, R. **A responsabilidade fiscal e social.** Disponível em: <http://www.cultiva.org.br/projetos/responsabilidade_fiscal_social.pdf> Acesso em 30 mar. 2008
- BRASIL. **Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://ww.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 30 mar. 2008.
- BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001b. Disponível em <<http://www.unig.br/cpa/lei10172.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2008.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria Federal de Controle Interno. **Instrução Normativa nº 1, de 6 de abril de 2001.** Brasília: Ministério da Fazenda, 2001a. Disponível em <<http://www.ufpb.br/sods/consuni/resolu/2002/controle.htm>>. Acesso em 29 out. 2008.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Técnicas de auditoria:** indicadores de desempenho e mapa de produtos. Brasília: TCU (Coordenadoria de Fiscalização e Controle), 2000. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas_governo/tecnicas_anop/INDICADOR_DESEMPENHO_MAPA_PRODUTOS.pdf>. Acesso em 29 out. 2008.
- CASTRO, J. A. et al. **Análise da evolução e dinâmica do gasto social federal: 1995-2001.** Brasília: IPEA, 2003. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0988.pdf>. Acesso em 25 out. 2008.
- CASTRO, J. A. **Gasto social federal** (apresentação PowerPoint)- . In: XXXV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ORÇAMENTO PÚBLICO. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/siop2008>>. Acesso em 29 set. 2008.
- COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA. **Projeto de Lei Complementar 264/2007.** Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, para definir objetivos e metas de responsabilidade social. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=382400>. Acesso em 21 abr. 2008.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **IRFS – 2004:** índice de responsabilidade fiscal, social e de gestão dos municípios do Brasil em 2004. Brasília, 2006.

Disponível em: <http://portal.cnm.org.br/sites/5700/5770/Estudos/atlz_19_01/irfs_2004.pdf>. Acesso em 29 out. 2008.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA. **Justiça em números 2003 - 2006**. Brasília, 2006. Disponível em:

<http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=97&Itemid=245>. Acesso em 2 nov. 2008

DATAGERAIS. **Software índice mineiro de responsabilidade social Versão 1.0**. ESM Consultoria, 2005. Disponível em <http://www.datagerais.mg.gov.br/site/int_download.php>. Acesso em 28 out.2008.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Notas taquigráficas** – Audiência Pública da Comissão de Legislação Participativa, realizada em 13 set. 2007. Brasília: Câmara dos Deputados (Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados), 2007.

FILHO, J. S. **Projeto de Lei Complementar 353/2006**. Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para criar o Anexo de Metas Sociais à Lei de Diretrizes Orçamentárias. Disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=320644>. Acesso em 21 abr. 2008.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Responsável pela elaboração do Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS**. Disponível em:

<http://www.datagerais.mg.gov.br/site/int_imrs.php> Acesso em 21 abr. 2008.

FUNDAÇÃO SEADE. **Responsável pela elaboração do Índice Paulista de Responsabilidade Social** – IPRS 2004. Disponível em:

<<http://www.al.sp.gov.br/web/forum/iprs06/>>. Acesso em 21 abr. 2008.

GAETANI, F.. **Gestão e avaliação de políticas e programas sociais**: subsídios para discussão. Brasília: MARE/ENAP, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas de População 2002-2006**. Disponível em:

<ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_Projecoes_Populacao>. Acesso em 14 nov. 2008.

KLERING, L. R.; STRANZ, E.; GOBETTI, S. W. **Avaliação da gestão dos municípios do Brasil pelo IRFS** – índice de responsabilidade fiscal, de gestão e social – 2002 a 2006.

Redes: revista da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, v. 12, n. 2, p. 196 - 217, mai./ago. 2007. Disponível em

<<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/374/233>>. Acesso em 28 out. 2008.

LOBO, C. G. A. **Por que as empresas investem em responsabilidade social?**. 2006. 285 p..Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

MATO GROSSO DO SUL (ESTADO) - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, DAS CIDADES, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC. **Índice de responsabilidade social do mato grosso do sul 2003 – 2005**. Disponível

em <<http://www.semac.ms.gov.br/control/ShowFile.php?id=14632>>. Acesso em 27 out. 2008.

MINAS GERAIS (ESTADO). **Lei 14.172, de 15 de janeiro de 2002**. Cria o Índice Mineiro de Responsabilidade Social. Disponível em <http://hera.almg.gov.br/cgi-bin/nph-brs?d=NJMG&f=G&l=20&n=&p=1&r=1&u=http://www.almg.gov.br/njmg/chama_pesquisa.asp&SECT1=IMAGE&SECT2=THESOFF&SECT3=PLUROFF&SECT6=HITIMG&SECT7=LINKON&SECT8=DIRINJMG&SECT9=TODODOC&co1=E&co2=E&co3=E&s1=&s2=14172&s3=2002&s4=>>. Acesso em 28 out. 2008.

SÃO PAULO (ESTADO). ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. **IPRS 2006**: Índice paulista de responsabilidade social. : Assembléia Legislativa do Estado, 2006. Disponível em <<http://www.al.sp.gov.br/web/forum/iprs06/Index.html> >. Acesso em 27 out. 2008.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Quantidade de municípios**. Disponível em: <http://agencia.tse.jus.br/sadAdmAgencia/estatistica/qtde_municipios.html>. Acesso em 14 out. 2008.

VÂNIA, L. **Projeto de Emenda à Constituição 29/2003**. Dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/diarios/pdf/sf/2003/04/30042003/09264.pdf>>. Acesso em 27 out. 2008.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BARRETO JR., I. F. **Fontes de dados e metodologias para construção de indicadores analíticos e sintéticos.** Módulo: indicadores de saúde. Disponível em <<http://www.seade.gov.br/produtos/anipes/index.php>>. Acesso em 27 out. 2008

CAMARGO, A. B. M.; TEIXEIRA, M. L. P. **Fontes de dados e metodologias para construção de indicadores analíticos e sintéticos.** Módulo: a produção das estatísticas vitais e indicadores demográficos. Disponível em <<http://www.seade.gov.br/produtos/anipes/index.php>>. Acesso em 27 out. 2008

CARVALHO, S. N. **Fontes de dados e metodologias para construção de indicadores analíticos e sintéticos.** Módulo: o PPA e indicadores de avaliação de programas. Disponível em <<http://www.seade.gov.br/produtos/anipes/index.php>>. Acesso em 27 out. 2008

FERREIRA, M. P. **Fontes de dados e metodologias para construção de indicadores analíticos e sintéticos.** Módulo: indicadores sintéticos IPRS e IPVS, parte 2. Disponível em <<http://www.seade.gov.br/produtos/anipes/index.php>>. Acesso em 27 out. 2008

FERREIRA, M. P. **Fontes de dados e metodologias para construção de indicadores analíticos e sintéticos.** Módulo: indicadores sintéticos IPRS e IPVS, parte 1. Disponível em <<http://www.seade.gov.br/produtos/anipes/index.php>>. Acesso em 27 out. 2008

JANNUZZI, P. M. **Fontes de dados e metodologias para construção de indicadores analíticos e sintéticos.** Módulo: conceitos básicos sobre fontes de dados e construção de indicadores. Disponível em <<http://www.seade.gov.br/produtos/anipes/index.php>>. Acesso em 27 out. 2008

LIMA, R. S. **Fontes de dados e metodologias para construção de indicadores analíticos e sintéticos.** Módulo: indicadores de segurança pública. Disponível em <<http://www.seade.gov.br/produtos/anipes/index.php>>. Acesso em 27 out. 2008

MINUCI, E.G. **Fontes de dados e metodologias para construção de indicadores analíticos e sintéticos.** Módulo: indicadores educacionais. Disponível em <<http://www.seade.gov.br/produtos/anipes/index.php>>. Acesso em 27 out. 2008